

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

ADDIS ABABA, ETHIOPIA P. O. BOX 3243 TELEPHONE: 0115517 700 FAX: 0115517844
WEBSITE: www.africa-union.org

CONFERÊNCIA DA UNIÃO
Décima Sétima Sessão Ordinária
30 de Junho - 1 de Julho de 2011
Malabo, GUINÉ EQUATORIAL

Assembly/AU/4(XVII)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS
SUAS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM
ÁFRICA

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS SUAS
ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA**

I. INTRODUÇÃO

1. O Relatório do Conselho de Paz e Segurança sobre as suas Actividades e o Estado de Paz e Segurança em África é submetido em conformidade com o Artigo 7 (q) do Protocolo Relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana (UA). Em conformidade com este Artigo, o CPS deve “submeter, através do seu Presidente, relatórios regulares à Conferencia sobre as suas actividades e a situação de paz e segurança em África.” O presente relatório, preparado em conformidade com o dito Artigo, cobre as actividades realizadas pelo CPS de acordo com o seu mandato durante o período de Janeiro a Junho de 2011, e fornece um panorama sobre o estado de paz e segurança no continente durante esse período.

2. Os aspectos específicos incluem a assinatura e ratificação do Protocolo do CPS, os membros do CPS, a rotatividade dos membros deste Órgão, as actividades realizadas pelo CPS, outras questões dependentes do mandato do CPS, e a situação de paz e segurança em África.

II. ASSINATURA E RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DO CPS

3. Desde a entrada em vigor do Protocolo, em Dezembro de 2003, cinquenta e um (51) Estados-Membros assinaram o Protocolo do CPS, enquanto quarenta e quatro (44) assinaram e ratificaram-no. Dois Estados-Membros ainda não assinaram nem ratificaram o Protocolo, nomeadamente, Cabo Verde e Eritreia. Os Estados-Membros seguintes assinaram o Protocolo, mas ainda não o ratificaram: Republica Centrafricana (RCA), Republica Democrática do Congo (RDC), Guiné-Bissau, Republica da Guiné, Libéria, Seychelles e Somália.

III. MEMBROS DO CPS E ROTATIVIDADE DA PRESIDENCIA

4. Tal como estipulado no Artigo 5 (1) do Protocolo, o CPS é composto de quinze (15) membros com direitos iguais, que são eleitos tal como segue: 10 membros eleitos para dois (2) anos de mandato e cinco (5) membros eleitos para três (3) anos de mandato. A lista actual dos membros do CPS em ordem alfabética em inglês é a seguinte: Benim, Burundi, Chade, Côte d'Ivoire, Djibuti, Guiné-Equatorial, Quênia, Líbia, Mali, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, Ruanda, África do Sul e Zimbabwe.

5. Em conformidade com o Artigo 23 do Regulamento Interno do CPS, a presidência do CPS varia entre os seus membros numa base mensal de acordo com a ordem da lista alfabética em inglês dos membros do CPS. Durante o período em análise, a presidência do CPS foi a seguinte:

- | | |
|-----------------|-----------------|
| - Mauritânia | Janeiro 2011; |
| - Namíbia | Fevereiro 2011; |
| - Nigéria | Março 2011; |
| - Ruanda | Abril 2011; |
| - África do Sul | Maio 2011; e |
| - Zimbabwe | Junho 2011; |

IV. ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA

6. Durante o período em análise, o CPS, na execução do seu mandato para promover a paz, segurança e estabilidade em África, comprometeu-se em prosseguir os seus esforços para abordar situações de crises e conflitos no continente, em estreita cooperação com outros parceiros, incluindo outros órgãos da UA, Comunidades Económicas Regionais/Mecanismos Regionais para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (CERs/MR), o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Comité de Política e Segurança da União Europeia (EUPSC) e outros parceiros da UA. A este respeito, o CPS realizou trinta (30) reuniões do CPS, incluindo uma a nível ministerial em Adis Abeba, a 26 de Abril de 2011, e duas a nível dos Chefes de Estado e de Governo, em Adis Abeba, em 28 de Janeiro e 10 de Março de 2011.

7. Entre as reuniões realizadas durante o período em análise realizaram-se sessões de informação actualizada sobre várias situações e questões de paz e segurança. Os países e outros parceiros envolvidos foram convidados a estas reuniões e sessões de informação de acordo com a prática estabelecida do CPS e em conformidade com as disposições do Protocolo do CPS. Participou igualmente em várias reuniões e actividades de outros Órgãos da UA, e organizou reuniões conjuntas com seus parceiros, nomeadamente, o (EUPSC) e o Conselho de Segurança da NU, para debater questões de interesse comum e o reforço da parceria na área de paz e segurança. As reuniões e as sessões de informação realizadas durante o período em análise figuram no Anexo I deste relatório.

A) Actividades relacionadas com conflitos e outras situações inerentes

8. Durante o período em análise, o CPS analisou as situações de crises/conflitos seguintes: Cote d'Ivoire, Egipto, Líbia, Níger, Somália, Sudão (Darfur e a Implementação do (CPA) e ainda a Tunísia:

(i) Sudão

9. Durante o período em análise, o CPS acompanhou atentamente os vários aspectos da situação no Sudão, em particular a implementação do CPA e a continuação do processo político global em Darfur, analisando os desenvolvimentos neste país cinco vezes (256ª reunião realizada em 10 de Janeiro de 2011, 258ª reunião em 20 de Janeiro de 2011, 262ª reunião realizada em 24 de Fevereiro de 2011, 271ª reunião realizada em 8 de Abril de 2011 e a 280ª reunião realizada a 20 de Maio de 2011).

10. Sobre a situação em Darfur, o CPS fez as declarações seguintes:

(a) Na sua 258ª reunião, o CPS:

- Manifestou preocupação com a escalada de violência entre o Governo e os movimentos armados e reiterou a necessidade de esforços renovados para assegurar a cessação de hostilidades entre os beligerantes armados. Rendeu homenagem à Operação Híbrida da União Africana/Nações Unidas (UNAMID) pelo seu excelente trabalho para a melhoria da situação segurança no terreno, protecção de civis e assistência imediata à recuperação

socioeconómica, apesar dos desafios de segurança enfrentados pela Missão;

- Notou as negociações prolongadas e o atraso dos progressos limitados nas conversações de Doha, e salientou a necessidade de garantir a conclusão imediata das negociações de paz de Doha, em particular a conclusão imediata sobre o acordo político entre o Governo do Sudão e o Movimento de Justiça e Libertação (LJM); e
 - Reiterou a importância do início imediato do Processo Político de Darfur (DPP) como um importante mecanismo para apoiar o povo de Darfur a participar e apoiar o processo de paz, e sublinhou a necessidade de criar um ambiente favorável nesse sentido.
- (b) Na sua 262^a reunião, o CPS manifestou preocupação com a situação de segurança em Darfur reiterando o seu total apoio à UNAMID e a necessidade de acelerar a conclusão das negociações de paz de Doha de maneira abrangente, e exortou para a adesão do calendário do Processo Darfur-Darfur.
- (c) Na sua 271^a reunião, o CPS sublinhou a importância do lançamento imediato do DPP, e solicitou ao Conselho de Segurança da NU para continuar a alargar e reforçar a parceria e prestar apoio à UA, sob a liderança do (AUHIP), na resolução dos desafios políticos do Sudão.

11. No que respeita a implementação do CPA, o CPS fez as declarações seguintes:

- (a) Na sua 256^a reunião, o CPS:
- Salientou a importância para o Sudão e para África como um todo no que respeita o referendo de auto-determinação no Sul do Sudão, como principal passo para a implementação total do CPA. A este respeito, o CPS felicitou a liderança do Presidente Omar Hassan Al Bashir e o Primeiro Vice-Presidente Salva Kiir Mayardit e as Partes do CPA, bem como a comissão do Referendo do Sul do Sudão e o Gabinete do Referendo do Sul do Sudão, cujo compromisso e esforços tornaram possíveis a organização do referendo atempadamente e de maneira pacífica;
 - Exortou todas as Partes e todos os Sudaneses para continuarem a demonstrar o mesmo compromisso para o sucesso da conclusão do processo de referendo e outras questões pendentes na implementação do (CPA), bem como as disposições pós-referendo. A este respeito, o CPS encorajou as Partes para continuarem a cooperar estreitamente com o AUHIP;
 - Manifestou apreço às Partes pelo seu compromisso de respeito ao resultado de referendo e a vontade do povo Sudanês, e reiterou o compromisso da UA, como um dos Garantes do CPA, para respeitar integralmente o resultado do Referendo.
- (b) Na sua 262^a reunião, o CPS:

- Felicitou as partes Sudanesas pela aceitação do resultado do referendo e o seu compromisso de estabelecer dois estados viáveis mutuamente solidários e em paz cooperando em várias áreas de interesse comum do seu povo;
- Reiterou o seu compromisso de fazer o máximo para mobilizar apoio necessário a fim de permitir ao Sul do Sudão abordar efectivamente os vários desafios com os quais se confronta;
- Encorajou as Partes do CPA a solucionar as questões pendentes na implementação do CPA, incluindo a resolução da questão de Abyei, a organização das Consultas Populares no Sul do Kordofan e nos Estados do Nilo Azul, a demarcação da fronteira norte-sul, e o estado das áreas em litígio.

(c) Na sua 280ª reunião, o CPS:

- Exortou as partes Sudanesas a redobram esforços para finalizar todas as outras questões pendentes, nomeadamente em relação ao processo eleitoral no Sul do Kordofan e o processo de consultas populares neste Estado, bem como a questão das forças da SPLA no Nilo Azul e nos Estados do Sul do Kordofan;
- Encorajou firmemente as Partes Sudanesas a respeitarem e implementarem na íntegra os acordos de segurança de Kadugli e Abyei, bem como a garantia de livre circulação para a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS);
- Sublinhou a necessidade da realização das negociações de pós-referendo sobre questões económicas, as quais incluem o petróleo, facilitado pelo AUHIP, a ser conduzido e resolvido na base dos princípios que as duas Partes acordaram apelando para o estabelecimento de dois estados viáveis

(ii) Côte d'Ivoire

12. O CPS consagrou quatro (4) reuniões para análise da situação em Côte d'Ivoire (259ª reunião realizada a 28 de Janeiro de 2011, 263ª reunião realizada a 28 de Fevereiro, 265ª reunião realizada em 10 de Março de 2011, 270ª reunião realizada em 5 de Abril de 2011, e 273ª reunião realizada em 21 de Abril de 2011). Duas destas reuniões (259ª e 265ª) decorreram a nível dos Chefes de Estado e de Governo.

(a) N sua 259ª reunião, o CPS:

- Reafirmou as suas decisões prévias sobre a situação em Côte d'Ivoire, reconhecendo o Sr. Alassane Dramane Ouattara como Presidente Eleito na sequência da 2ª volta da eleição presidencial, realizada em 28 de Novembro de 2010, na base dos resultados anunciados pela Comissão Eleitoral Independente, como certificado pelo Representante Especial do Secretário-Geral da NU, em conformidade com a Resolução 1765 de 16 de Julho de 2007 e os

- diferentes Acordos assinados pelas Partes Marfinenses e endossadas pela CEDEAO, UA e Nações Unidas;
- Decidiu criar, sob a autoridade da UA, um Painel de Alto Nível para a Resolução da Crise em Côte d'Ivoire para formular uma solução política, na base das decisões pertinentes da UA e da CEDEAO.
- (b) Na sua 263ª reunião, o CPS decidiu prorrogar o mandato do Painel de Alto Nível para permitir-lhe prosseguir e concluir o seu mandato no mês de Março de 2011, para formular, na base das decisões pertinentes da UA e da CEDEAO, uma solução política abrangente.
- (c) Durante a sua 265ª reunião, a nível de Chefes de Estado e de Governo, o CPS endossou as recomendações do Painel de Alto Nível tal como contido no seu relatório, bem como as propostas feitas para uma solução política global para a crise em Côte d'Ivoire. A este respeito, o CPS evocou as disposições do parágrafo 6 (c) do comunicado da sua 259ª reunião declarando as conclusões do Painel, tal como endossado pelo CPS, e que serão vinculadas em todas as partes marfinenses. O CPS solicitou ainda ao Presidente da Comissão para designar um Alto Representante para a implementação da solução política global.
- (d) N sua 270ª reunião, o CPS lamentou profundamente a recusa do Presidente, Laurent Gbagbo, em aceitar as propostas feitas pelo Painel de Alto Nível da UA em solucionar a crise em Côte d'Ivoire tal como endossado pela sua 265ª reunião de 10 de Março de 2011, na qual o Presidente Ouattara aceitou formalmente, bem como a rejeição de Laurent Gbagbo de todas as outras iniciativas para uma saída da crise. O CPS manifestou apreço pelos esforços feitos pelo Presidente da Mauritânia, Sr. Mohamed Ould Abdel Aziz, em cooperação com outros Chefes de Estado e a Comissão, com vista a por termo ao banho de sangue e para a resolução pacífica da crise actual, e exortou todas as partes a promoverem o sucesso destes esforços. O CPS solicitou ao Presidente da Comissão, em estreita cooperação com a Comissão da CEDEAO e com o apoio da NU, para tomar todas as medidas necessárias para identificar acções urgentes que a UA poderia realizar para prestar assistência às partes marfinenses na promoção da reconciliação nacional, aprofundamento da democracia e consolidação da paz.
- (e) Na sua 273ª reunião, o CPS, felicitou o facto de que o Presidente eleito democraticamente, Sr. Alassane Dramane Ouattara, já assume o poder estatal, pondo fim à crise pós-eleitoral vivida em Côte d'Ivoire após a segunda volta da eleição presidencial, que decorreu em 28 de Novembro de 2010. O CPS decidiu, por conseguinte, em conformidade com o parágrafo 4 do comunicado PSC/PR/COMM.1 (CCLII), adoptado no final da sua 252ª reunião realizada em 9 de Dezembro de 2010, levantar a suspensão da participação de Côte d'Ivoire nas actividades da UA. O CPS decidiu ainda enviar, durante o mes de Maio de 2011, uma missão do CPS a Côte d'Ivoire, para expressar a solidariedade da UA às autoridades e ao povo marfinense e avaliar a situação a fim de permitir à UA de contribuir melhor para o processo de saída de crise.

(iii) **Somália**

13. Durante o período em análise, o CPS realizou três (3) reuniões para analisar a situação na Somália (258ª reunião realizada a 20 de Janeiro de 2011, 267ª reunião realizada em 18 de Março de 2011, e 273ª reunião realizada em 21 de Abril de 2011). As decisões e comunicados adoptados durante estas reuniões podem ser resumidos tal como segue:

- (a) Na sua 258ª reunião, o CPS decidiu renovar o mandato da AMISOM para um período suplementar de doze (12) meses, a partir de Janeiro de 2011;
- (b) Na sua 267ª reunião, o CPS:
 - Manifestou o seu apreço aos Países que Contribuem com Tropas (TCCs) pelo seu compromisso para a paz na Somália, e encorajou outros países africanos que prometeram tropas e contribuições em espécie, para que a AMISOM alcance os seus objectivos o mais breve possível. A este respeito, o CPS tomou nota da promessa feita pelo Djibuti de que fornecerá através da AMISOM, assistência militar para formação e reorganização das forças de segurança Somalis;
 - Rendeu homenagem às tropas da AMISOM, às Forças do TFG, incluindo a Ahlu Sunna Wal Jama (ASWJ) e outras forças aliadas, pelas conquistas substanciais alcançadas, alargando as suas áreas de controlo em Mogadíscio e em qualquer parte da Somália;
 - Fez um apelo para uma maior coesão entre as Instituições Federais de Transição e a liderança Somali.
- (c) Na sua 273ª reunião, o CPS:
 - Expressou grande preocupação com as divergências contínuas entre o TFG Somali e o Parlamento Federal de Transição (TFP) relativamente ao fim do período de transição e as disposições pós-transição, que minaram os esforços de promoção de paz, segurança e reconciliação na Somália. O CPS exortou as Instituições Federais de Transição (TFIs) e os dirigentes Somalis para demonstrarem vontade política necessária e maturidade com vista a harmonizar as suas opiniões sobre o fim da transição e acordar sobre as disposições pós-transição de forma abrangente, participativa e legítima, tendo em mente a sua principal responsabilidade para o alcance da paz, segurança e reconciliação no seu país;
 - Felicitou as conclusões da Reunião Consultiva de Alto Nível da NU que teve lugar em Nairobi, a 12 e 13 de Abril de 2011, com o objectivo de facilitar o diálogo, consulta e cooperação entre instituições e parceiros Somalis sobre a via a seguir para o fim da transição e determinar as disposições pós-transição. O CPS felicitou a decisão da organização da próxima Reunião Consultiva de Alto Nível em Mogadíscio, e apelou ao TFG para alargar a cooperação

requerida e tomar todas as medidas necessárias para garantir que a organização desta reunião seja um sucesso;

- Reiterou o seu pedido ao Conselho de Segurança da NU para autorizar o pacote de ajuda adequado para a AMISOM, através de contribuições avaliadas, que servirão para o reembolso do equipamento do próprio contingente e o pagamento dos subsídios das tropas na taxa da NU, bem como a imposição de um bloqueio naval e uma zona de exclusão aérea na Somália para a prevenção da entrada de elementos estrangeiros na Somália, aviões e expedições com carregamento de armas e munições aos grupos armados contra o TFG.

(iv) Níger

14. Na sua 266^a reunião decorrida em 16 de Março de 2011, o CPS felicitou o sucesso da realização a 12 de Março de 2011, da 2^a volta da eleição presidencial. O CPS felicitou a calma, sensatez e grande sentido de responsabilidade demonstrados pelo povo do Níger antes e durante as eleições e a proclamação dos resultados. O CPS notou também com satisfação que esta eleição marca o culminar do processo de transição iniciado em Março de 2010, pelo Conselho Supremo para a Restauração da Democracia (CSRD). O CPS congratulou S.E. Sr. Mahamadou Issoufou pela sua eleição, e reiterou o seu profundo apreço ao General Salou Djibo, Chefe de Estado e Presidente da CSRD, os membros da CSRD e o Governo, bem como as forças políticas do Níger, por terem concluído a fase de transição, em conformidade com os seus compromissos. O CPS tomou nota da restauração da ordem constitucional no Níger, e decidiu levantar a suspensão da participação da República do Níger nas actividades da UA, tal como contido no parágrafo 5 do Comunicado emitido no final da sua 216^a reunião decorrida em 19 de Fevereiro de 2010.

(v) Tunísia

15. O CPS consagrou duas reuniões sobre a situação na Tunísia: 257^a reunião realizada a 15 de Janeiro de 2011, e a 268^a reunião a 23 de Março de 2011.

(a) Na sua 257^a reunião, o CPS:

- Analisando a situação na Tunísia à luz da partida do Presidente Zine El Abidine Ben Ali, condenou firmemente o uso excessivo da força contra os manifestantes que resultaram na perda de vidas humanas;
 - Expressou a sua solidariedade com o povo da Tunísia e apelou à calma. O CPS apelou igualmente aos parceiros políticos e ao povo Tunisino para trabalharem em conjunto, unidade, consenso e respeito pela legalidade, para uma transição pacífica e democrática que permitiria ao povo tunisino escolher livremente os seus dirigentes através de eleições livres, democráticas e transparentes;
- e

- Solicitou ao Presidente da Comissão para continuar a acompanhar atentamente a situação e tomar iniciativas que julgar necessárias para contribuir para uma transição pacífica e democrática.

(b) Na sua 268ª reunião, o CPS:

- Felicitou a evolução encorajadora da situação desde a sua 257ª reunião, em particular o clima de liberdade que prevalece agora no país e as medidas tomadas para promover a democracia, boa governação e o estado de direito, bem como os preparativos para a eleição da Assembleia Constituinte, e encorajou as autoridades tunisinas e as partes para preservarem os seus compromissos para o final da transição;
- Felicitou a visita realizada pelo Presidente da Comissão à Tunísia, de 21 a 22 de Março de 2011, e aguarda com expectativa a visita prevista do Painel dos Sábios da UA à Tunísia, como parte do seguimento da transição neste país; e
- Acordou reunir na devida altura para analisar a situação na Tunísia na base de um relatório do Presidente da Comissão e após a sua programada visita.

(vi) Egipto

16. O CPS analisou a situação no Egipto durante a sua 260ª reunião decorrida a 16 de Fevereiro de 2011, e a sua 268ª reunião realizada em 23 de Março de 2011.

(a) Na sua 260ª reunião, o CPS:

- Reconheceu a natureza excepcional da situação que prevaleceu no Egipto e tomou nota da decisão do Sr. Hosni Mubarak de renunciar ao seu posto de Presidente da República e ceder autoridade do exercício de poder de estado ao Conselho Supremo das Forças Armadas;
- Notou o anúncio feito e as medidas tomadas pelas autoridades egípcias para a elaboração de uma nova Constituição e a organização, dentro de seis meses no máximo, de eleições legislativas e presidenciais livres, transparentes e abertas para permitir os Egípcios escolherem livremente os seus dirigentes e doar o seu país com instituições democráticas;
- Solicitou a Comissão para supervisionar estreitamente a evolução da situação e o processo de transição, incluindo através de missões de avaliação periódicas, e fornecer todo o apoio necessário para facilitar a conclusão da transição, e decidiu realizar uma missão ao Egipto para se reunir com todos os parceiros.

(b) Na sua 268ª reunião, o CPS:

- Felicitou a evolução positiva da situação desde a sua 260ª reunião, em particular a organização, em 19 de Março de 2011, de um referendo constitucional e das disposições tomadas para a organização das eleições legislativas e presidenciais em Setembro e Outubro de 2011; e
- Encorajou as autoridades egípcias e as partes a preservarem os seus esforços para concluir o período de transição.

(vii) Líbia

17. Durante o período em análise, o CS consagrou quatro reuniões sobre a situação na Líbia, especificamente a 261ª reunião realizada em 23 de Fevereiro de 2011, a 265ª reunião realizada a 10 de Março, a 268ª reunião realizada a 23 de Março de 2011, a 275ª reunião realizada a 26 de Abril de 2011, e a 281ª reunião realizada a 6 de Junho de 2011.

(a) Na sua 261ª reunião, o CPS:

- Manifestou profunda preocupação com a situação na Líbia, e condenou firmemente o uso indiscriminado e excessivo da força e armas letais contra manifestantes pacíficos, em violação dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário, o qual contribuiu para a perda de vidas humanas e a destruição do património;
- Sublinhou a necessidade do povo líbio não poupar esforços evitando mais mortes e apelou as autoridades líbias para garantir a protecção e segurança da sua população, bem como a distribuição e fornecimento de assistência humanitária às pessoas carenciadas e outras pessoas;
- Apelou ao povo da Líbia para trabalhar em conjunto a fim de encontrar uma solução duradoura para os problemas enfrentados pelo seu país, sublinhando que as aspirações do povo líbio pela democracia, reforma política, justiça desenvolvimento socio-económico são legítimas e devem ser respeitados;
- Exortou as autoridades e o povo da Líbia para dar provas de máxima moderação e de por termo imediato a todos os actos de violência e destruição do património. O CPS apelou também todas as partes, em particular, o Governo para desistir de fazer declarações que podiam agravar a situação. Além disso, o Conselho salientou a necessidade de preservar a unidade e integridade territorial da Líbia.

(b) Na sua 265ª reunião, o CPS:

- Sublinhou que a situação na Líbia requer uma acção Africana efectiva em redor dos pontos seguintes: (i) a cessação imediata de todas as hostilidades; (ii) a cooperação de autoridades líbias

competentes para facilitar a distribuição de assistência humanitária atempadamente às populações carenciadas; (iii) a protecção de cidadãos estrangeiros, incluindo os migrantes africanos residindo na Líbia; e (iv) a adopção e implementação de reformas políticas necessárias para a eliminação das causas da actual crise;

- Decidiu criar um Comité AD-Hoc de Alto Nível da UA sobre a Líbia compreendendo cinco Chefes de Estado e de Governo, bem como o Presidente da Comissão, com mandato para: (i) envolver todas as partes líbias e avaliar continuamente a evolução da situação no terreno, (ii) facilitar um diálogo abrangente entre as partes líbias sobre reformas apropriadas, (iii) envolver os parceiros da UA, em particular a Liga dos Estados Árabes, a Organização da Conferencia Islâmica (OCI), a União Europeia (UE) e as Nações Unidas para facilitar a coordenação de esforços e procurar apoio para a resolução imediata da crise;
- Solicitou a todos os Estados-Membros da UA para fornecer apoio logístico e humanitário a todos os trabalhadores migrantes africanos que desejem sair da Líbia, bem como esses dos países vizinhos forçados a suportar um fardo desproporcional e aos países de origem a facilitar a reinserção socioeconómica destes trabalhadores migrantes. A este respeito, o CPS solicitou ao Presidente da Comissão para tomar as medidas necessárias para coordenar tal esforço, incluindo a convocação de uma conferência para facilitar a mobilização de recursos necessários e outras medidas relacionadas, e solicitou ainda à Comissão para recolher informações sobre a presença mercenários na Líbia e suas acções, para permitir-lhe, que estas informações sejam confirmadas, tomar as medidas requeridas em conformidade com a Convenção pertinente da UA.

(c) Na sua 268ª reunião, o CPS:

- Manifestou total apoio às conclusões da reunião do Comité *ad hoc* decorrida em Nouakchott a 19 de Março de 2011. O CPS, lamentando que a missão do Comité *ad hoc* à Líbia não foi autorizada pelas Nações Unidas, exortou o Comité a prosseguir e intensificar os seus esforços no quadro do seu mandato de forma consistente com e em conformidade com a resolução 1973 (2011), a qual reconhece devidamente o papel do Comité na busca de uma solução duradoura para a crise na Líbia;
- Notou com satisfação o anúncio do governo líbio em aceitar o roteiro da UA articulando uma solução pacífica. A este respeito, o CPS felicitou a realização de consultas entre a UA e as partes líbias, nomeadamente o governo da Líbia e o Conselho Nacional de Transição (TNC), para encontrar uma via para as negociações sobre todos os aspectos da crise actual e o estabelecimento de uma transição abrangente bem como a adopção e implementação de reformas políticas necessárias para abordar as causas da actual crise. Entretanto, o CPS reiterou o apelo firme da UA para uma

cessação imediata de todas as hostilidades afim de garantir, a protecção dos civis e criar condições favoráveis para uma resolução pacífica da crise.

- (d) Na sua 275ª reunião realizada a 25 de Março de 2011, a nível ministerial, o CPS:
- Sublinhou, uma vez mais, a legitimidade das aspirações do povo líbio e a necessidade de assegurar que estas aspirações sejam alcançadas de forma pacífica e democrática. O CPS reafirma, neste contexto, a importância do Roteiro da UA para a Resolução da crise líbia;
 - Felicitou a aceitação do governo líbio, nomeadamente o Coronel Muammar Kaddafi, do Roteiro da UA, em particular a questão específica do cessar-fogo e o desdobramento de um mecanismo efectivo e de supervisão credível, e tomou nota das discussões alargadas do Comité *Ad Hoc* com o Presidente e os membros do TNC;
 - Solicitou o Comité *ad hoc* e Comissão para concluir as mais breve possíveis consultas apropriadas com as partes líbias e os parceiros multilaterais e bilaterais, com vista a preparar o terreno para a realização de negociações de um cessar-fogo e outros aspectos da crise líbia. O CPS salientou que não haveria condições prévias para o início das negociações;
 - Exortou o Comité *Ad Hoc* e a Comissão para continuarem a envolver os parceiros, e solicitarem os referidos parceiros a alargarem a cooperação necessária aos esforços da UA, tendo em mente as disposições do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas. A este respeito, o CPS solicitou a Comissão, em consulta com o Comité *Ad Hoc*, para interagir com as Nações Unidas com vista a organizar uma sessão de informação ao Conselho de Segurança e o compromisso com Roteiro da UA e os seus esforços para solucionar a crise líbia;
 - Reiterou o compromisso da UA de respeitar a resolução 1973 (2011). A este respeito, o CPS salientou a necessidade de todos os países e organizações envolvidos na implementação da resolução 1973 (2011) do Conselho de Segurança para agirem de forma consistente com a legalidade internacional e as disposições da resolução;
 - Condenou firmemente os ataques e outros abusos contra os trabalhadores migrantes africanos, e solicitou ao Presidente da Comissão para criar uma Comissão de Inquérito sobre a situação dos trabalhadores migrantes africanos na Líbia, bem como sobre as alegações do recurso de mercenários nas hostilidades em curso, e informar o mais breve possível;

- Reafirmou a legitimidade e as preocupações dos países do Norte e das regiões do Sahel e do Sahara em relação as implicações humanitárias e de segurança da actual situação na Líbia.
- (e) Na sua 281^a reunião, o CPS:
- Tomou nota das disposições tomadas para a organização, em meados de Junho, de uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Líbia, na qual tomará parte uma delegação ministerial do Comité Ad-hoc de Alto Nível da UA sobre a Líbia;
 - Sublinhou a importância desta reunião que permitirá fornecer mais informações sobre os esforços envidados pela UA no quadro do Roteiro da UA e expressar as preocupações do continente, tal como contido na decisão da Cimeira Extraordinária de 25 de Maio de 2011;^e
 - Congratulou a organização, no Cairo, em 30 de Maio de 2011, de uma reunião entre representantes da UA, Nações Unidas, Liga dos Estados Árabes, OCI e UE, com vista a discutir as vias e meios para acelerar a busca de uma solução para a crise.

B) Análise da situação de paz e segurança em África

18. Na sua 275^a reunião, realizada a nível ministerial a 26 de Abril de 2011, o CPS debateu sobre o estado de paz e segurança no continente. O debate foi organizado no contexto das rebeliões no Norte de África, que tiveram início na Tunísia e subsequentemente, propagaram-se no Egipto e na Líbia, degenerando-se mais tarde no último, num confronto armado entre o Governo e os manifestantes. Na Declaração adoptada no fim das suas deliberações, o CPS:

- Notou a natureza sem precedentes dos novos desafios enfrentados pelo continente, os quais apelam pela evolução e reforço dos instrumentos e quadros existentes, de forma a participar com eficácia na prevenção e gestão antecipada dos mesmos bem como na assistência aos países envolvidos;
- Expressou a sua convicção que as rebeliões no Norte de África deviam servir de oportunidade para os Estados-Membros renovarem o seu compromisso à agenda democrática e de governação da UA, dar mais incentivo aos esforços envidados a este respeito e implementar reformas políticas e socioeconómicas necessárias em qualquer situação nacional particular;
- Reconheceu o facto de que a persistência de crises e conflitos em diferentes partes de África é parcialmente devido à falta de melhorias importantes na governação política e económica no continente, condições que inevitavelmente geram frustração e descontentamento no seio da população, culminando em revoltas e revoluções em algumas situações;

- Enfatizou a necessidade, no quadro dos valores partilhados e tomando em conta contextos específicos de cada país, para o aprofundamento do processo de democratização, através do aceleração da assinatura e ratificação, pelos Estados-Membros, de todos os instrumentos da UA relacionados com a democracia e governação, o pleno exercício, pelo CPS, dos poderes que lhe foram conferidos ao abrigo do Artigo 7(m) do Protocolo do Conselho de Paz e Segurança e a implementação dos valores partilhados nos quais se fundamentam os esforços de democratização no continente;
- Reconheceu que a Declaração Solene sobre a Conferencia de Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação em África (CSSDCA) adoptada na 36ª Sessão Ordinária da Conferencia dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, realizada em Lomé, Togo, de 10 a 12 de Julho de 2000, permanece o quadro mais abrangente para a abordagem de questões interligadas de paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento em África, e solicitou à Comissão para tomar as medidas necessárias a fim de garantir a renovação da CSSDCA; e
- Solicitou ao Painel dos Sábios para efectuar uma revisão geral, incluindo a convocação imediata de um workshop reunindo parceiros relevantes dos mecanismos existentes relacionados com a democratização e governação em África, e fazer recomendações ao Conselho numa reunião a ser convocada o mais tardar em Dezembro 2011.

C) Análise de Questões Temáticas

19. Durante o período em análise, o CPS lidou com as questões seguintes:

(i) Protecção de Mulheres e Crianças em Conflitos Armados

20. Na sua 269ª reunião de 28 de Março de 2011, o CPS consagrou uma sessão pública consagrada ao tema: “Mulheres e Crianças e outros grupos *vulneráveis em conflitos armados*”, na sequência da decisão Assembly/AU/Dec.275 (XIV) sobre o Ano de Paz e Segurança em África, bem como a decisão adoptada pelo CPS na sua 223ª reunião decorrida em 30 de Março de 2010, na qual acordou consagrar todos os anos uma sessão pública ao tema sobre mulheres e crianças e outros grupos vulneráveis em conflitos armados. O CPS manifestou preocupação com a situação das mulheres e crianças em situações de conflitos e de pós-conflitos, salientando a necessidade de investigação de casos de crimes cometidos contra mulheres e crianças, para lançar campanhas preventivas especificamente direccionadas para as forças armadas e a polícia e garantir que os perpetradores sejam levados à justiça. O CPS reconheceu igualmente a necessidade de prestar assistência á reabilitação psicológica dos sobreviventes de tal violência bem como oportunidades para promover a liderança das mulheres , aumentar o acesso à justiça, e incentivar os direitos fundamentais da mulher e da criança.

(ii) Linhas Directrizes para a Protecção de Civis

21. Na sua 279ª reunião realizada a 18 de Maio de 2011, o CPS debateu a questão da protecção da população civil em conflitos armados, na base do Relatório do

Presidente da Comissão sobre Desenvolvimento das Linhas Directrizes para a Protecção de Civis nas Operações de Apoio à Paz da União Africana [PSC/PR/2 (CCLXXIV)]. O CPS evocou a decisão Assembly/AU/Dec.294 (XV). 2 da Conferencia da União na qual a Conferencia felicitou os esforços envidados para a elaboração de um Quadro de Acção e as Linhas Directrizes da UA para a Protecção de Civis nas Operações de Manutenção de Paz. O CPS encorajou a Comissão a prosseguir os seus esforços, nomeadamente através do desenvolvimento de (i) uma abordagem da AMISOM para a protecção de civis, (ii) um relatório sobre as experiencias adquiridas, (iii) indicadores de risco de ameaças e vulnerabilidades para o Sistema Continental de Alerta Precoce (CEWS), (iv) um Guia sobre mandatos de protecção, (v) um Quadro de elaboração de estratégias de protecção de missões específicas, (vi) e a elaboração de linhas directrizes na área da formação, bem como através da condução de actividades de sensibilização.

D) Implementação e Revisão das Sanções em Situações de Mudanças Inconstitucionais de Governo

22. Em conformidade com o artigo 7 (g) do Protocolo do CPS, o CPS deve instituir sanções sempre que houver uma mudança inconstitucional de governo num Estado-Membro, tal como estipulado na Declaração de Lomé.

23. Na sua 266^a reunião realizada em 16 de Março, o CPS à luz da condução sucedida, das eleições presidenciais, e da restauração subsequente da ordem constitucional no Níger, decidiu levantar a suspensão da participação da Republica do Níger nas actividades da UA. Na sua 273^a reunião realizada a 21 de Abril de 2011, o CPS decidiu, em conformidade com o parágrafo 4 do comunicado PSC/PR/COMM.1 (CCLII), adoptado no fim da sua 252^a reunião decorrida a 9 de Dezembro de 2010, levantar a suspensão da participação da Côte d'Ivoire nas actividades da UA.

E) Actividades dos Órgãos Subsidiários do CPS

(i) Comité do Estado-Maior (MSC)

24. Na sua 264^a reunião realizada a 8 de Março de 2011, o CPS salientou a importância dos Órgãos Subsidiários prestarem assistência ao seu trabalho na promoção da paz, segurança e estabilidade em África. O CPS decidiu tomar medidas necessárias para assegurar a operacionalização dos seus Órgãos Subsidiários, em particular a designação de membros destas estruturas e a elaboração dos seus respectivos mandatos o mais breve possível. O CPS decidiu ainda que o Comité de Estado-Maior (MSC) deveria reunir-se pelo menos uma vez por mes, e informar o CPS tal como requerido. Neste contexto, o MSC realizou a sua reunião a 23 de Março de 2011. Durante a reunião, os membros reflectiram sobre a maneira de reforçar o papel do Comité fornecendo conselhos úteis, e importantes atempadamente ao CPS nos seus esforços para a promoção da paz, segurança e estabilidade em África. O MSC debateu também as disposições logísticas para as suas reuniões com ênfase especial sobre a necessidade do Presidente do CPS para cada mês incluir as reuniões e outras actividades do MSC no programa de trabalho provisório do CPS de cada mês.

(ii) Reunião do Painel dos Sábios

25. O Painel dos Sábios foi criado ao abrigo do Artigo 11 do Protocolo do CPS para prestar apoio ao CPS e ao Presidente da Comissão nos seus esforços para promover

a paz, segurança e estabilidade em África. No seguimento dos seus esforços, o Painel realizou a sua 10ª reunião em Adis Abeba, a 12 de Maio de 2011. A reunião analisou e adoptou o seu relatório sobre “Não-Impunidade, Justiça e Reconciliação Nacional”, elaborado como parte das suas reflexões temáticas sobre questões relevantes à prevenção de conflitos e como uma contribuição sobre os esforços em curso pela UA para combater a impunidade e promover uma abordagem holística que equilibra os imperativos de paz e justiça em contextos pós-conflitos. O Painel analisou também o seu projecto de relatório sobre “Violência Sexual, Mulheres e Crianças em Conflitos Armados”. O Painel teve uma troca de opiniões sobre as modalidades para a revisão abrangente dos mecanismos existentes relacionados com democratização e governação em África, com vista a fazer recomendações ao PPC, o mais tardar até Dezembro de 2011. O Painel analisou o estado de implementação das recomendações contidas no seu relatório sobre “Reforço do Papel da União Africana na Prevenção, Gestão e Resolução de Disputas Eleitorais e Conflitos Violentos em África”. O Painel analisou igualmente situações de crises/conflitos em África. O relatório do Painel dos Sábios figura no (Anexo II).

F) Participação do CPS nas actividades de paz e segurança e outros órgãos da UA

(i) Reunião com o Comité de Relações Internacionais, Resolução de Conflitos e Cooperação Internacional do Parlamento Pan-Africano (PAP)

26. Na sua qualidade de Presidente do CPS durante o mês de Maio de 2011, a África do Sul, na sequência do convite do Comité de Relações Internacionais, Resolução de Conflitos e Cooperação Internacional do PAP em Midrand, conduziu uma delegação do CPS numa reunião do Comité a 5 de Maio de 2011. Nessa ocasião, a delegação fez apresentações sobre o estado de paz e segurança em África e sobre as ameaças emergentes para a paz e segurança no continente. A reunião teve lugar no contexto do Artigo 18 do Protocolo do CPS, que apela para a cooperação entre o CPS e o PAP em prol da paz, segurança e estabilidade em África.

(ii) Reunião da Comissão Africana de Energia Nuclear

27. É de realçar que a 1ª Conferencia dos Estados Partes do Tratado de Pelindaba realizou a sua reunião em Adis Abeba a 4 de Novembro de 2010, na qual os doze Membros da Comissão Africana de Energia Nuclear (AFCONE) foram eleitos. Foi neste contexto que a primeira Sessão Ordinária da AFCONE teve lugar em Adis Abeba, a 4 de Maio de 2011. A África do Sul, Presidente do CPS para o mês de Maio de 2011, assistiu à reunião. Durante esta reunião, os Membros da AFCONE trocaram, opiniões e debateram várias questões essenciais para o funcionamento efectivo da AFCONE, incluindo o seu regulamento interno, programa de trabalho, estrutura, orçamento e estabelecimento da sede na África do Sul.

G) Reuniões com Órgãos congéneres a Nível Internacional

28. As reuniões entre o CPS e os órgãos congéneres sobre paz e segurança realizam-se em conformidade com o artigo 17 do Protocolo do CPS, o qual estipula que o CPS, no cumprimento do seu mandato, cooperará e trabalhará estreitamente com o Conselho de Segurança das Nações Unidas e outras organizações

internacionais relevantes. Neste contexto, o CPS realizou duas reuniões consultivas com os seus parceiros durante o mês de Maio de 2011:

(i) Quarta Reunião Consultiva entre o Conselho de Paz e Segurança e o Comité de Política e Segurança da UE (UE-CPS), Adis Abeba, 11 de Maio de 2011

27. Em conformidade com o acordo alcançado na sua primeira reunião consultiva realizada em Bruxelas a 28 de Setembro de 2008, para organizar reuniões anuais conjuntas, alternativamente em Adis Abeba e Bruxelas, o CPS da UA e o CPS – EU realizaram a sua 4ª reunião consultiva em Adis Abeba, a 11 de Maio de 2011. Nesta ocasião, os dois Órgãos trocaram opiniões e analisaram várias questões, incluindo a prevenção de situações de crises e conflitos (Côte d'Ivoire, Líbia, Somália e Sudão), segurança e salvaguarda marítima, pareceria de paz e segurança, coordenação UA-EU em situações de segurança e crises de governação e a melhoria dos seus métodos de trabalho. O resultado da reunião figura no anexo deste Relatório (Anexo II).

(ii) Quinta Reunião Consultiva entre o CPS da UA e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC), Adis Abeba, 21 de Maio de 2011

28. Os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC) e o Conselho de Paz e Segurança realizaram a sua 5ª reunião consultiva em Adis Abeba, a 21 de Maio de 2011. A reunião constituiu uma oportunidade para as duas partes debaterem e reforçarem os seus métodos de trabalho, cooperação e parceria nesta área de paz e segurança. Eles trocaram opiniões sobre situações de crises e os actuais conflitos África (Côte d'Ivoire, Líbia, Somália e Sudão). O resultado da reunião figura no anexo deste relatório (Anexo IV).

H) Comunicações das relevantes Organizações Internacionais sobre as suas actividades relacionadas com a paz e segurança em África.

(i) Comunicação do Banco Mundial sobre o Relatório de Desenvolvimento Mundial (WDR) -2011

29. Na sua 274ª reunião realizada a 25 de Abril de 2011, o CPS foi informado sobre o Relatório do Desenvolvimento Mundial (WDR) -2011 – Conflito, Segurança e Desenvolvimento, por Sarah Cliffe, a representante Especial do WDR-2011. O CPS, congratulando a iniciativa sobre o WDR 2011 e a vasta categoria de consultas, incluindo com a UA, que conduziu à sua elaboração, tomou nota das conclusões do Relatório, em particular, as ligações entre instituições nacionais e a governação, segurança de cidadãos, justiça e trabalho na prevenção de conflitos, bem como a necessidade de apoiar efectivamente os esforços para a prevenção estrutural das organizações regionais e mobilizar totalmente a comunidade internacional para a realização deste objectivo. Neste contexto, entre outros aspectos, o CPS encorajou a Comissão da UA e o Banco Mundial a trabalhar, em conformidade com outras organizações internacionais e parceiros, para cooperar na área de conflitos, segurança e desenvolvimento, incluindo a promoção do diálogo nacional e regional, debates estruturais sobre situações de risco, cooperação em avaliação e planeamento, formação de pessoal e intercambio e operações práticas conjuntas num país e a nível regional com ênfase na prevenção de conflitos, desenvolvimento e reconstrução pós-conflito.

(ii) Comunicação do Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC)

30. Na sua 276ª reunião realizada a 28 de Abril de 2011, o CPS foi informado pelo Dr. Jakob Kellenberger, Presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC), sobre as actividades do ICRC relacionadas com a paz e segurança em África dentro da perspectiva da promoção do Direito Humanitário Internacional. O CPS louvou o ICRC pelos seus esforços humanitários e assistência às vítimas, em particular as crianças e outros grupos vulneráveis de conflitos armados em África. O CPS reafirmou o compromisso da UA pelos direitos humanos e pelo Direito Internacional, bem como o sacramento da vida humana, tal como prescrito no Artigo 4 (o e m) do Acto Constitutivo da UA E no Artigo 4 (c) do Protocolo da UA, e salientou a necessidade da Comissão da UA, de acordo com a Convenção da UA sobre Protecção e Assistência as Pessoas Deslocadas Internamente em África, para trabalharem estreitamente com o ICRC e outros parceiros envolvidos. O CPS também apelou os Estados- Membros para continuarem a cooperar estreitamente e facilitar o trabalho do ICRC na assistência aos mais carenciados, em situações de conflitos e pós-conflito no continente.

I) Comunicação dos Presidentes do CPS ao Comité dos Representantes Permanentes (CRP)

31. Em conformidade com o Artigo 7 do Protocolo do CPS e das Conclusões do Retiro de Dakar do CPS de e Julho de 2007 sobre os Métodos de Trabalho, e com vista a manter todos os Estados Membros informados sobre as actividades do CPS, o Presidente do CPS de cada mes informou ao CPS no fim da sua presidência sobre as actividades realizadas no período em análise durante o respectivo mês. Nomeadamente, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, Ruanda, África do Sul e Zimbabwe.

V. ESTADO DE PAZ E SEGURANÇA EM AFRICA

32. Os parágrafos seguintes abordam as rebeliões populares no Norte de África e as suas implicações nos esforços globais no continente para promover a democracia e a boa governação. Eles actualizaram a situação de conflitos e pós-conflitos no terreno, fazendo observações sobre as medidas tomadas pela Conferencia.

a) Rebeliões no Norte de África

33. A presente sessão da Conferencia decorre num contexto marcado pelos desenvolvimentos que tiveram inicio na Tunísia, e em seguida no Egipto. As rebeliões populares que decorreram na Tunísia e no Egipto causaram sérios problemas doutrinais, porque não correspondem a nenhum dos casos definidos pela Declaração de Lomé de Julho de 2000 Lomé sobre Mudanças Inconstitucionais de Governo.

34. As rebeliões na Tunísia e no Egipto deram origem a um processo profundo que contribuiu potencialmente para a consolidação democrática em África. Baseados em grandes passos para a democratização em África desde 1990, as revoltas populares assemelham-se aos protestos, greves urbanas que marcaram o inicio da onda de democratização em África nos anos 80. As questões sobre as pressões internas e externas nas mudanças políticas permanecem mas não restam dúvidas quanto ao contributo das manifestações engendradas pelos movimentos urbanos face ao empobrecimento económico, marginalização política e mais importante ainda, animados pelo desejo de um futuro melhor no qual a governação é baseada na

legitimidade popular. Estas conquistas democráticas resultaram em revisões constitucionais, eleições regulares, sistemas multipartidários e expansão de liberdades civis. O Norte de África está a adaptar-se apenas as tendências universais africanas.

35. As injustiças que levaram as revoltas no Norte de África resultam da: insatisfação com as autoridades e governos insulares que manipulam as normas constitucionais para reter o poder, aumento de desigualdades de rendimento, níveis elevados de pobreza, declínio de padrões de vida para as classes médias; e níveis elevados e desproporcionais de desemprego da juventude que conduzem à alienação social. Novos instrumentos de mobilização tais como os medias contribuíram apenas para agudizar os instrumentos de organização dos novos grupos e eleitorado. Ao liderar um vasto grupo de descontentes e do eleitorado, as classes médias no Egipto e na Tunísia encaram o futuro com mais optimismo, considerando os governos autoritários como o maior impedimento para a realização dos seus reais potenciais.

36. Os protestos sociais sem liderança clara e em circunstâncias semelhantes muitas vezes traduzem-se em resultados estáveis. Contudo, os impulsos revolucionários podem não conduzir a uma estrutura institucional adequada. A Tunísia e o Egipto, contudo estão a estabilizar-se gradualmente como resultado de negociações complexas entre os vários parceiros sobre os novos sistemas institucionais. Este processo não será fácil mas o Egipto e a Tunísia estão activamente envolvidos a encontrar meios para superar estes obstáculos.

37. As rebeliões no Norte de África removeram algumas ambiguidades do diálogo sobre democratização em África. O Norte de África e a África subsaariana podem partilhar experiencias de sistemas que prescrevem liberdades e responsabilidade. Tal como salientado pela reunião ministerial do CPS de 26 de Abril e da Sessão Extraordinária da Conferencia da União de 25 de Maio de 2011, as rebeliões no Norte de África deveriam ser usadas como uma oportunidade para os Estados-Membros renovarem o seu compromisso à agenda democrática e de governação da UA, dando mais impulso aos esforços envidados a este respeito e implementar as reformas políticas e socioeconómicas necessárias. A este respeito, é de notar que se solicitou ao Painel dos Sábios da UA para realizar uma análise global, incluindo a convocação imediata de um workshop que reunirá parceiros relevantes dos mecanismos existentes relacionados com a democratização e governação em África, e fez recomendações ao CPS numa reunião que será convocada o mais tardar em Dezembro de 2011.

b) Evolução da situação no terreno

38. A situação no terreno continua a registar evoluções contestadas. Vários países que superaram os conflitos prosseguiram os seus esforços de consolidação de paz e de recuperação socioeconómica. Convém a este respeito felicitar os progressos registados no Burundi, na RDC, na Libéria e na RCA. Do mesmo modo algumas crises cessaram no período em análise como é o caso nomeadamente da Côte d'Ivoire, onde a crise pós-eleitoral consecutiva na segunda volta do escrutínio presidencial foi finalmente superada.

39. O continente continua confrontado com várias situações de conflito para as quais não houve progressos significativos na via de uma resolução durante o período em análise. Convém mencionar o dossier do Sahara Ocidental e do processo de paz entre a Etiópia e a Eritreia. A estes impasses persistentes, associam-se os conflitos em curso em Darfur e na Somália, as dificuldades encontradas recentemente na

implementação do Acordo de Paz Global (CPA) no Sudão, bem como a crise que assola a Líbia.

(i) Comores

40. O período em análise foi marcado pela conclusão do processo de implementação do Acordo de 16 de Junho de 2010 sobre a gestão do período de transição nas Comores. A Conferencia recordará que, no quadro deste Acordo, a eleição dos Governadores das Ilhas Autónomas realizou-se em 7 de Novembro de 2010, enquanto o escrutínio presidencial decorreu a 26 de Dezembro de 2010, em conformidade com o princípio da rotatividade da presidência prevista pela Constituição da União das Comores no seguimento das disposições acordadas entre o Presidente cessante, Sr. Ahmed Abdallah Mohamed Sambi, e o Presidente eleito, Dr. Ikililou Dhoinine, a prestação de sermão e a investidura oficial do Presidente eleito a 26 de Maio de 2011. A investidura dos Governadores das Ilhas Autónomas teve lugar três dias antes dessa do Presidente da União. O novo Presidente comoriano iniciou o combate contra a corrupção e o reforço da reconciliação nacional como eixos prioritários do seu mandato. Apesar destes progressos, convém realçar que o processo, várias vezes adiado, do antigo Chefe de Estado-Maior das Comores, acusado, de cumplicidade de assassinato, com três oficiais, a 13 de Junho de 2010, de um oficial superior, constitui uma fonte de preocupação, em relação às tensões que poderá gerar, particularmente no seio da instituição militar.

41. A Conferencia poderia incentivar as partes comorianas a perseverar os seus esforços para consolidar os progressos registados no processo de reconciliação nacional. Do mesmo modo, requerem-se mais esforços para garantir o relançamento da economia do arquipélago que é preocupante. A comunidade internacional deve continuar a apoiar os esforços de desenvolvimento socioeconómico do arquipélago.

(ii) Madagáscar

42. Os esforços da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), com vista a facilitar a resolução da crise em Madagáscar e o retorno da ordem constitucional neste país, chegaram a um acordo, a 9 de Março de 2011, por partidos, associações e grupos políticos malgaxes, sobre «Roteiro para a saída da crise em Madagáscar». No roteiro, as partes envolvidas comprometeram-se a por fim à crise em Madagáscar através de uma transição neutra, inclusiva e consensual, que passa por eleições livres, credíveis e transparentes. As Alas políticas Zafy, Ratsiraka e Ravalomanana rejeitaram este roteiro que na sua opinião não pode substituir de modo algum os Acordos de Maputo e o Acto Adicional de Adis Abeba.

43. Durante o período em análise, a SADC organizou quatro reuniões consagradas à situação em Madagáscar : em Livingstone, na Zâmbia, a 31 de Março de 2011 ; em Windhoek, na Namíbia, a 20 de Maio de 2011 ; em Gaborone, no Botswana, de 6 a 7 de Junho de 2011 ; e em Sandton, na África do Sul, de 11 a 12 de Junho de 2011. Durante esta última cimeira, os chefes de estado e de governo da SADC notaram entre outras que : a) o retorno de Madagáscar à normalidade constitucional é uma questão de urgência; b), o roteiro acima mencionado foi aprovado com emendas ; c) exortou os dirigentes das Alas Ratsiraka, Ravalomanana e Zafy a assinarem o roteiro logo que se fizerem as modificações necessárias; d) exortou a Alta Autoridade de Transição (HAT) a autorizar as personalidades malgaxes em exílio por razões políticas a regressarem ao país sem pré-condições, incluindo o Sr. Marc Ravalomanana ; e) e exortou a HAT a

elaborar e implementar urgentemente todos os instrumentos jurídicos ainda em instância a fim de assegurar a liberdade política a todos os Malgaxes no processo inclusivo que permitirá a realização de eleições livres, regulares e credíveis. O Presidente da HAT rejeitou a decisão da cimeira da SADC relativa ao regresso do antigo Presidente Ravalomanana a Madagáscar, porém aprovou o regresso do antigo Presidente Didier Ratsiraka.

44. A Conferencia poderia felicitar a SADC pelos esforços envidados na busca de uma solução duradoura para a crise malgaxe com vista ao retorno rápido à ordem constitucional. Estes esforços deviam ser prosseguidos, pressupondo-se que qualquer solução deverá ser conforme aos instrumentos pertinentes da UA relativos às mudanças anticonstitucionais de Governo.

(iii) Somália

45. O período em análise foi dominado pelas querelas internas na liderança das Instituições Federais de Transição (TFIs) sobre a questão da transição, a qual termina em 20 de Agosto de 2011, e as disposições pós-transição. O período também testemunhou conquistas no terreno pela AMISOM as forças do TFG.

46. Na sequência da decisão da Cimeira da IGAD de 30 de Janeiro de 2011 sobre a prorrogação do termo do actual Parlamento Federal de Transição (TFP), apesar do sistema político gerido pelos somalis e a sua, subsequente aprovação pela conferencia da União, o TFP adoptado a 3 de Fevereiro, adoptou uma moção para a prorrogação do seu mandato durante três anos, iniciando no final do actual período de transição. Esta decisão resulta das preocupações de vários parceiros fora e dentro da Somália. Em Março de 2011, o Gabinete apresentou uma proposta ao TFP para prorrogar o mandato de todas as TFIs, incluindo o Executivo, para um período adicional, até Agosto de 2012, após as eleições presidenciais. Esta proposta foi rejeitada pelo Porta-voz do TFP. Em vez disso, o TFP anunciou planos para a realização de eleições presidenciais em Julho de 2011, e procedeu em seguida à elaboração do plano de trabalho para um mandato de 3 anos.

47. A 12 e 13 de Abril, em Nairobi, uma reunião consultiva de alto nível foi convocada para restabelecer o diálogo e a cooperação entre as instituições Somalis e outros parceiros, com vista a acordar sobre as melhores vias e meios para a conclusão da transição e as disposições pós-transição. O Porta-Voz do TFP, os Presidentes das administrações regionais de Puntland e Galmudug, Ahlu Suna Wa'al Jamaa (ASWJ), bem como da IGAD, UA e outros actores internacionais, assistiram à reunião, que foi boicotada pelo TFG apesar dos esforços envidados para incentivá-lo a participar na mesma. Outras iniciativas para ultrapassar o impasse sobre a questão da transição e as disposições pós-transição incluíram a reunião entre o Conselho de Segurança e a liderança das TFI e outros parceiros Somalis, em Nairobi, a 25 de Maio, e na 19ª reunião do Grupo de Contacto Internacional (ICG) sobre a Somália, que tiveram lugar em Kampala, de 2 a 3 de Junho de 2011.

48. É neste contexto que a 9 de Junho de 2011, o Presidente do TFG e o Presidente da assembleia do TFP assinaram em Kampala, um Acordo para solucionar o actual impasse político. Ao abrigo do Acordo, ambos os líderes acordaram adiar as eleições do Presidente, Presidente da Assembleia e vice-presidente da assembleia para 12 meses depois de Agosto de 2011. Eles acordaram também que o Primeiro-ministro

deveria demitir-se 30 dias após a assinatura do Acordo, após o qual o Presidente nomearia um novo Primeiro-ministro o qual seria endossado pelo TFP dentro de 14 dias. O Acordo de Kampala estipula igualmente a criação de um Gabinete Político regional de Chefes de Estado da Região (IGAD e EAC), com a participação da NU e da UA, semelhante à iniciativa de Paz do Burundi, para supervisionar o compromisso das TFI em relação aos prazos para a implementação das tarefas de transição. Numa declaração emitida pelo gabinete do Primeiro Ministro, o Gabinete declarou que o Acordo requer a deliberação do Parlamento para assegurar que está em conformidade com o TFC e as leis da Somália. O gabinete declarou também sobre a renúncia do Primeiro-ministro e o seu Governo e outras disposições do Acordo podia ser apenas implementado com o consentimento do Parlamento.

49. Também se fizeram esforços para reforçar a Missão da UA na Somália. As tropas da AMISOM elevam-se agora a 9.000. O Burundi e o Uganda prometeram um suplemento de 1.000 e 2.000 tropas respectivamente. Outros países também prometeram mais tropas. A AMISOM e as forças do TFG em Mogadíscio continuaram a consolidar o seu controlo em locais estratégicos em Fevereiro. As milícias Pro-TFG conquistaram terreno em Hiraan, Bay e Bakool, Gedo e nas regiões do Médio e Baixo Juba. Até a data presente, o TFG somali controla cerca de 60 por cento de Mogadíscio, e 80 por cento da população da cidade. Além disso, a AMISOM e parceiros continuaram a apoiar a reforma do sector de segurança.

50. A situação humanitária constitui uma das maiores preocupações. 2.4 Milhões de Somalis, quase um terço da população do país vivem actualmente em condições drásticas como resultado do conflito e violência, mas também devido à seca que afecta a Somália. Uma em cada quatro crianças sofre de má nutrição, o que constitui uma das taxas mais elevadas no mundo. Apesar desta situação, registou-se uma redução significativa nos fundos destinados à Somália durante os dois últimos anos, e dos 529 milhões de dólares para o apelo humanitário feito este ano, apenas um quarto foi garantido até agora.

51. A Conferencia expressa o seu apoio ao Acordo de Kampala, bem como o apelo aos dirigentes Somalis para superarem os desafios enfrentados pelo seu país e as suas divergências para o bem-estar do seu povo. A Conferencia apela as Nações Unidas e outros actores envolvidos para assumirem a sua responsabilidade para com o povo Somali em particular no sentido de prestarem assistência humanitária adequada às populações afectadas, e enviarem uma missão da NU para apoiar a estabilização e reconstrução a longo prazo na Somália bem como apoio necessário à AMISOM a fim de permitir à Missão cumprir o seu mandato eficazmente e endossar o pedido da UA relativamente à imposição de uma zona de exclusão aérea e bloqueio marítimo.

(iv) Processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia

52. Desde a Cimeira de Janeiro, não houve progressos em relação ao impasse no processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia. Em vez disso, os dois países tem feito acusações de destabilização entre si apoiando grupos de oposição. A este respeito, a Conferencia recordará que na sua sessão de Janeiro, a delegação etíope indicou que a Eritreia tinha intensificado as suas actividades de destabilização contra a Etiópia, incluindo uma tentativa de interromper a cimeira. A delegação etíope fez um apelo à Eritreia para que cessasse tais actividades, declarando que a Etiópia não toleraria esta situação continuamente. Reiterou a sua aceitação da Decisão de Delimitação de 2002 da Comissão de Fronteiras Eritreia-Etiópia (EEBC) e a sua prontidão em restabelecer o

diálogo com a Eritreia com vista à implementação da decisão e da demarcação actual no terreno. Por sua vez, o Representante Permanente da Eritreia junto à UA, em nome do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Eritreia, endereçou uma carta ao Presidente da Comissão a 7 de Abril de 2011, com cópia para o Presidente do CPS durante esse mes. Nessa carta, declarou que a Eritreia não pretende destabilizar a Etiópia nem a região. Mais especificamente, solicitou à UA, como Garante dos Acordos de Argel, para exortar ao governo etíope para se abster das ameaças militares contra a Eritreia e retirar-se do território soberano da Eritreia na base das decisões finais de delimitação e demarcação da EEBC". É de realçar que o EEBC, citando as dificuldades encontradas na implementação do seu mandato, procedeu com a demarcação virtual da fronteira, na base da sua declaração de 27 de Novembro de 2006. A Eritreia aceitou a decisão de demarcação, enquanto a Etiópia rejeitou-a como uma ficção legal, insistindo na necessidade de realizar a demarcação no terreno.

53. Neste contexto, a Conferencia deve uma vez mais enfatizar a necessidade de esforços renovados, sob a égide da UA para ajudar os dois países a superar as dificuldades enfrentadas no processo de paz, normalizar as suas relações baseadas numa paz duradoira na região. A Conferencia encoraja os dois países a cooperarem estreitamente para o sucesso destes esforços.

(v) Relações entre o Djibuti e a Eritreia

54. Em Janeiro, a Conferencia foi informada sobre a evolução das relações entre o Djibuti e a Eritreia e os esforços envidados por Qatar, como mediador, para a implementação do Acordo assinado entre os dois países em 6 de Junho de 2010. Por sua vez, a Conferencia apelou o Djibuti e a Eritreia a prosseguirem, em boa fé, e escrupulosamente a implementação do Acordo de 6 de Junho de 2010, com vista a solucionar as suas disputas fronteiriças e consolidar a normalização das suas relações. Durante o período em análise, nenhuma das partes emitiriam dados actualizados.

(vi) Corno de África –abordagem regional

55. Na sua decisão de Janeiro de 2011 do Relatório do CPS sobre as suas actividades do estado de paz e segurança em África, a Conferencia salientou a necessidade do desenvolvimento de uma abordagem regional para os desafios de paz e segurança no Corno de África. Em conformidade, encorajou a Comissão, em colaboração com a IGAD, NU e outros parceiros a iniciarem um processo de consultas que conduziria a uma Conferencia sobre Paz, Segurança Cooperação e Desenvolvimento no Corno de África. A Comissão está a trabalhar nas modalidades do processo de consultas proposto e apresentará dados actualizados no momento oportuno.

56. Entretanto, a UA em parceria com a (OIT) e a IGAD organizaram uma Conferencia de Parceiros e Desenvolvimento de Parcerias sobre Emprego para a paz estabilidade e desenvolvimento no Corno de África, em Adis Abeba, em 11 e 12 de Abril de 2011. A Conferencia acordou uma atenção particular na questão do desemprego que se não for abordada eficazmente poderá gerar destabilização na região que já enfrenta vários desafios. A Conferencia expressou apoio à estratégia regional no Corno de África, intitulado *Emprego para a Paz, Estabilidade e Desenvolvimento*. Um Roteiro foi acordado para facilitar a implementação da

estratégia. A UA está a trabalhar activamente com a OIT e a IGAD na implementação deste Roteiro.

(vii) Burundi

57. As discussões sobre a situação no Burundi da ultima sessão ordinária da Conferencia da União tiveram lugar num contexto marcado pela conclusão do segundo processo eleitoral pós-conflito. De facto, a Conferencia após ter felicitado os progressos realizados, e em relação ao boicote, por vários partidos políticos da oposição, da maioria dos escrutínios que se sucederam durante a segunda parte do ano de 2010, solicitou aos actores burundeses que tirassem lições do processo eleitoral e que trabalhassem para o aprofundamento do processo democrático e a recuperação socioeconómica do seu país.

58. Entre os desenvolvimentos ocorridos durante o período em análise, convém realçar a adopção pelo Parlamento, em unanimidade, em 25 de Abril de 2011, do projecto lei sobre a organização e o funcionamento dos partidos políticos. A oposição extra parlamentar seguiu de perto este processo, receando que se trataria de uma tentativa visando limitar as suas actividades. Em resposta a estas preocupações, uma emenda que teria obrigado todos os partidos políticos a obter um novo acordo foi modificado. Do mesmo modo, o Governo está a elaborar uma lei sobre o estatuto dos partidos políticos de oposição. Em Maio de 2011, a Assembleia Nacional burundesa elegeu os 7 Comissários da Comissão nacional independente dos direitos humanos (CNIDH), bem como os membros do gabinete desta instituição. No que respeita a justiça de transição, a Comissão de Verdade e Reconciliação deverá ser instituída em Janeiro de 2012. Por outro lado, o Governo apresentou em 23 de Maio de 2011, a estratégia nacional de boa governação e de luta contra a corrupção que cobre o período de 2011-2015. No plano de segurança nota-se uma recrudescência da criminalidade em certos municípios do país. O Governo atribui estas acções aos « bandos armados». Neste contexto, convém prosseguir os esforços envidados para a reinserção dos combatentes desmobilizados e a luta contra a proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre.

59. A Conferencia poderia exortar aos diferentes actores burundeses para trabalharem para a consolidação da paz e reconstrução pós-conflito do seu país. É fundamental que a comunidade internacional continue a apoiar as autoridades burundesas nos seus esforços a fim de tornar irreversíveis as importantes aquisições políticas e democráticas registadas nestes últimos anos.

(viii) República Democrática do Congo

60. Na RDC, o período em análise foi marcado por uma diminuição notável das exacções dos grupos armados estrangeiros contra as populações civis, e isto graças às acções combinadas e complementares das Forças armadas da RDC (FARDC) e da Missão das Nações Unidas para a estabilização na RDC (MONUSCO). No plano político, os preparativos prosseguem com vista a realização da segunda eleição geral pós-conflito, em Novembro de 2011. Neste quadro, as duas câmaras do Parlamento reunidas em Congresso, adoptaram em 15 de Janeiro de 2011, a lei sobre a revisão da Constituição, que consagra, entre outras, a supressão da 2ª volta das presidenciais, o Presidente da Republica será eleito doravante na maioria simples dos sufrágios. Apesar da contestação desta revisão constitucional por uma parte da classe politica os

membros da nova Comissão nacional eleitoral independente (CENI) prestaram juramento perante o Tribunal Supremo de Justiça. Depois do início da sua função em 3 de Março de 2011, o gabinete da CENI realizou várias consultas com os actores políticos com vista a obter um consenso mínimo sobre o processo eleitoral. Por outro lado, o Governo anunciou, durante o mês de Março de 2011, o lançamento de uma operação de grande envergadura contra a impunidade e a corrupção.

61. A organização das eleições presidenciais e legislativas constitui um grande desafio para o Governo congolês. O Governo tomou a decisão de financiar a organização destas eleições com 60% de fundos próprios, mas a CENI enfrenta enormes dificuldades financeiras e logísticas para conduzir o processo eleitoral devidamente. A comunidade internacional não deve poupar esforços para apoiar a organização de eleições livres, transparentes e democráticas na República do Congo.

(ix) **Sudão**

Sul do Sudão/Acordo de Paz Global (CPA)

62. Em Janeiro de 2011, a Conferência emitiu uma Declaração Solene na qual entre outras coisas, congratulou o povo do Sudão pela condução pacífica, credível e sucedida do referendo de autodeterminação, o principal pilar do Acordo de Paz Global (CPA). O anúncio dos resultados oficiais foi feito em 7 de Fevereiro de 2011, em Khartoum, pelo Presidente da Comissão de Referendo do Sul do Sudão (SSRC), com uma maioria de 98.83% de votos para a separação. Subsequentemente, o Presidente Omar Hassan al Bashir reconheceu a escolha do povo do Sul do Sudão e emitiu um decreto presidencial reconhecendo e aceitando os resultados. Logo após ao anúncio dos resultados oficiais, o Governo do Sul do Sudão (GoSS) iniciou os preparativos para o dia da independência bem como sobre os símbolos do estado independente.

63. Antes do referendo, numa Conferência com todos os Partidos Políticos Sudaneses decorrida em Outubro de 2010, alcançou-se um acordo sobre a participação dos partidos de oposição na tomada da maioria das decisões no GoSS. Não obstante, o SPLM e os partidos de oposição não acordaram sobre a questão da sua respectiva representação no Comité Técnico que foi criado para analisar a actual constituição provisória do Sul do Sudão e submeter um projecto "Constituição de Transição". Embora o período que conduziu ao Referendo do Sul do Sudão tenha sido pacífico, a situação mudou bastante logo depois. Desde o mês de Fevereiro de 2011, registaram-se serias divergências entre o SPLA e vários grupos de rebeldes em Jonglei, Unity e Upper Nile States.

64. Em conformidade com o CPA e o Referendo do Sul do Sudão, um referendo da Área de Abyei foi conduzido para o povo de Abyei decidir se pretendem que a actual administração especial no Norte do Sudão integre o Sul do Sudão. Devido a interpretações divergentes do Protocolo de Abyei das Partes do CPA, relativamente a elegibilidade dos eleitores, este referendo não se realizou devido à tensão na área que culminou com vários distúrbios entre as comunidades de Ngok Dinka e de Misseriya. As tensões aumentaram entre o Norte e o Sul durante o mês de Maio, com duas emboscadas contra elementos das Forças Armadas Sudanesas (SAF). Em retaliação, as SAF fizeram um contra ataque, e ocuparam Abyei em 21 de Maio de 2011. Esta situação causou graves crises humanitárias. Além disso, e como parte da implementação do CPA, realizaram-se eleições no Sul do Kordofan de 2 a 4 de Maio de 2011. Os resultados anunciados a 14 de Maio, indicam o NCP como candidato

vencedor e Governador do Estado, não foram reconhecidos pelo SPLM. Dada a escalada de tensões quando as SAF fixaram o dia 1 de Junho como prazo máximo para a retirada das forças do SPLA do Sul do Kordofan e dos Estados do Nilo Azul. Os combates entre as duas partes no Sul do Kordofan, causaram grandes deslocações das populações. Entretanto, o processo da consulta popular iniciou nos Estados do Nilo Azul. Provavelmente estes processos serão completados no final do Período Provisório em 9 de Julho de 2011, em ambos os estados.

65. O Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana (AUHIP) sobre o Sudão continuou a dar assistência às Partes nas suas negociações sobre as questões pós-referendo, com várias reuniões realizadas ambas no Sudão e na Etiópia. Foi neste contexto que o AUHIP tomou a iniciativa de convocar uma cimeira sobre o Sudão, em Adis Abeba, em 12 e 13 de Junho, com a participação do Presidente Omar Hassan al Bashir e o Vice-Presidente Salva Kiir Mayardit, bem como o Primeiro-Ministro Meles Zenawi da Etiópia, na sua qualidade de Presidente da IGAD. A Cimeira constituiu uma oportunidade para abordar questões chave enfrentadas pelo Sudão nesta fase histórica, incluindo Abyei, o estabelecimento célere de mecanismos para a gestão de segurança conjunta entre o norte e o sul e as negociações sobre as disposições económicas sobre pós secessão. Actualmente, o Painel convocou uma Reunião de Alto Nível de Representantes do Governo do Sudão e os dirigentes do SPLM das “duas áreas” do Nilo Azul e do Sul do Kordofan para debater desafios actuais enfrentados pelos seus estados.

66. Enquanto o voto de separação é visto como uma solução para o conflito que assolou o Sudão cerca de duas décadas, apresentou contudo novos desafios para ambos o Norte do Sudão - em particular a gestão da diversidade, e o Sul do Sudão com a necessidade de reconstrução de um estado sólido. Consequentemente, é crucial que África sustenha as partes na reconstrução de dois estados viáveis vivendo lado a lado, em paz e boa vizinhança e trabalhando juntos para abordar os desafios comuns.

Darfur

67. Durante o período em análise, os esforços para alcançar um acordo entre as partes e concluir as negociações em Doha prosseguem. O Governo do Sudão e o Movimento de Justiça e Libertação (LJM) acordaram sobre quase todas as questões, enquanto o (JEM) e o Governo iniciaram conversações directas, usando o projecto de texto como base das negociações. De 27 a 31 de Maio de 2011, o Chefe mediador Conjunto (JCM), trabalhando em conjunto com o Governo do Qatar e apoiado pela UNAMID, convocou uma Conferencia com todos os Parceiros de Darfur em Doha. Os participantes da Conferencia endossaram o projecto de texto como base para alcançar um cessar-fogo permanente e uma solução abrangente e inclusiva para a paz. A conclusão das ADSC marca o fim de uma fase do processo de paz. Consequentemente, deviam-se renovar esforços para o lançamento do Processo Político de Darfur (DPP), de acordo com as decisões pertinentes da UA, como um meio para abordar os desafios de paz, segurança e reconciliação em Darfur de forma abrangente e inclusiva. O Governo do Sudão comprometeu-se em criar um ambiente propício neste contexto para analisar a necessidade de leis emergentes em Darfur. Na preparação do lançamento da iniciativa a UNAMID e o AUHIP prosseguiram com o planeamento do DPP.

68. O Governo continuou a preparar um referendo sobre o estatuto de Darfur. A

Comissão Nacional de Eleições anunciou que o referendo será realizado em 27 e 28 de Junho. Em 2 de Abril, o SLA-Minni Minawi, JEM, e SLA-Mother emitiram uma declaração conjunta condenando a proposta para organizar o referendo. O prazo do referendo está em fase de negociação pelo Governo e o LJM em Doha. O Governo também procedeu com os preparativos para a criação de dois estados adicionais em Darfur. A legislação que autoriza a mudança foi aprovada pelo Conselho de Ministros a 5 de Maio e submetida ao Presidente para aprovação. Alguns parceiros contestaram que a criação de dois estados adicionais exacerbará as divisões e afectará os fundos regionais que já são escassos.

69. Tal como nos meses de Dezembro de 2010, Janeiro e Fevereiro de 2011, os combates entre o Governo e as forças durante os recentes meses diminuíram. A incidência dos conflitos tribais é baixa, e os ataques às forças de manutenção da paz da UNAMID e ao pessoal de ajuda humanitária embora preocupante são relativamente menores. Os conflitos esporádicos entre o governo e as forças armadas afectaram adversamente os civis durante o período em análise interrompendo as operações humanitárias e de protecção. A UNAMID e as agências humanitárias continuam a cooperar com o Governo e outros grupos armados para melhorar o acesso. Além disso, em 26 de Abril, a UNAMID lançou uma iniciativa de recursos hídricos em Darfur, envolvendo a distribuição de uma serie de contentores de água para os retornados. Na verdade a falta de acesso a água potável é um dos principais desafios enfrentados pelas comunidades em Darfur, e as mulheres e crianças muitas vezes percorrem longas distâncias para obter água correndo riscos. Além disso, já estão em curso os preparativos para a Conferencia Internacional da Agua para uma Paz Sustentável em Darfur, prevista para 27 e 28 de Junho.

70. A UNAMID e o AUHIP continuam envolvidos com o Governo do Sudão encorajando-o a cumprir as suas responsabilidades para impedir a impunidade em Darfur. Neste sentido, o Painel apoiou o Procurador-Geral para o Darfur, particularmente com um testemunho de estratégia de protecção. Com o objectivo de reconstruir a capacidade das instituições de segurança, a UNAMID conduziu entre outras iniciativas, uma serie de sessões de formação com o governo e os serviços secretos sobre direitos humanos, protecção da criança, e os processos de detenção, prisão e o uso da força e armas de fogo. Além disso, prevê-se que o DPP constituirá uma oportunidade para os parceiros de Darfur abordarem questões de justiça e reconciliação.

71. Com a UNAMID agora integrando 92 por cento do desdobramento total de militares e 77 por cento de polícias, o principal foco da Missão é de maximizar a utilização de recursos materiais e humanos para implementar o seu mandato. A este respeito, a Conferencia pode apelar ao Governo do Sudão e aos movimentos armados para cooperarem estreitamente com a UNAMID. A Conferencia pode exortar as partes sudanesas para intensificarem os seus esforços para a promoção de uma paz duradoura em Darfur e, a este respeito, enfatizar a importância crucial do DPP e a necessidade de desdobrar esforços para garantir o seu sucesso e lançamento imediato.

(x) Relações entre o Chade e o Sudão

72. No quadro da implementação do Acordo de 15 de Janeiro de 2010, a cooperação foi reforçada entre o Chade e o Sudão no domínio de segurança, com

nomeadamente uma vigilância reforçada da fronteira comum. Criada pelo Acordo de 15 de Janeiro, a Força mista chado-sudanesa dispões de doze postos de observação disseminados nos 1.350 km da fronteira comum. A actividade das patrulhas militares mistas destinada à protecção de refugiados e de pessoas deslocadas, bem como os corredores humanitários, é completada com elementos do Destacamento integrado de Segurança (DIS), criadas pela MINURCAT a pedido do governo chadiano e que sobreviveu ao desmantelamento desta Missão. A segurança da fronteira permitiu uma retomada das actividades comerciais transfronteiriças. A 17 de Março de 2011, o Presidente Idriss Déby Itno recebeu uma delegação sudanesa em Djamena no quadro das discussões sobre a prorrogação do mandato da Força mista. Na sequência desta visita, uma cimeira tripartida reunindo os Presidentes do Sudão, do Chade e da RCA teve lugar em Khartoum, em 23 de Maio de 2011. Os três países decidiram nomeadamente criar uma força conjunta para proteger as suas fronteiras comuns, bem como um mecanismo consultivo para tratar de questões de segurança.

73. A Conferencia poderia reiterar o seu apreço aos dirigentes sudaneses e chadianos para os resultados registados na normalização das relações entre os seus países e se felicitar das disposições previstas pelo Sudão, Chade e RCA para reforço da segurança e cooperação regionais. A Conferencia poderia igualmente lançar um apelo à comunidade internacional para que preste assistência necessária aos projectos de integração que estes países pretendem realizar, a fim de acelerar o seu desenvolvimento e reforçar a estabilidade.

(xi) República Centroafricana

74. Após vários adiamentos devido à falta de financiamento e aos múltiplos desacordos entre a maioria presidencial a oposição a primeira volta das eleições presidenciais realizou-se em 23 de Janeiro de 2011. Os resultados das eleições presidenciais deram como vencedor da primeira volta o presidente cessante, François Bozize, com 64.67% dos sufrágios e expressos. Estes resultados foram vivamente contestados pelos principais candidatos da oposição, que recusaram reconhecer a vitória do Presidente cessante. O recurso de anulação do escrutínio que eles introduziram junto ao Tribunal Constitucional foi rejeitada devido as irregularidades constatadas que não punham em causa a regularidade e sinceridade do escrutínio. Em 15 de Fevereiro de 2011, o Colectivo das Forças da Mudança – associação dos partidos políticos da oposição – decidiu boicotar a segunda volta das eleições legislativas que decorreram na calam em 27 de Março de 2011. Notaram-se melhorias no plano de organização, apesar de algumas irregularidades constatadas.

75. O processo de desarmamento, desmobilização e reinserção (DDR) não registou progressos significativos durante o período em análise. O Comité de pilotagem instituído para esse fim procura uma solução para o problema da retirada dos observadores militares da MICOPAX, mobilizados para supervisionar o processo do DDR. A situação de segurança caracteriza-se por uma instabilidade persistente em certas prefeituras do país com a presença de várias forças político-militares, nomeadamente a CPJP (Convenção dos Patriotas para a Justiça e Paz) e o Exercito de Resistência do Senhor (LRA). De facto o país enfrenta graves problemas humanitários. Contudo a assinatura a 12 de Junho de 2011, de um Acordo de cessar-fogo entre o Governo e a CPJP constitui uma esperança para a melhoria da situação de segurança na RCA.

76. Neste contexto, a Conferencia poderia reiterar a necessidade do Governo centrafricano e os outros actores envolvidos intensificarem os seus esforços com vista a superar os múltiplos desafios com os quais a RCA se confronta, tanto no que respeita o aprofundamento do processo democrático como a recuperação socioeconómica do país e a resolução de questões de segurança. Ao mesmo tempo, convém exortar a comunidade internacional para continuar a apoiar a RCA.

(xii) Exercito de Resistência do Senhor

77. Durante a sua sessão especial de Tripoli consagrada à análise e à resolução dos conflitos em África, a Conferência da União, de acordo com o plano de acção adoptado nessa ocasião tinha apelado os países da região a redobrar esforços incluindo no plano militar, para neutralizar o LRA e pôr fim às atrocidades e actividades destabilização na RDC, no Sul do Sudão e na RCA. Em seguida, a Conferencia da União, durante a sua 15ª sessão ordinária realizada em Kampala, solicitou à Comissão para organizar consultas orientadas para a acção entre países afectados pelas actividades da LRA e todas as outras partes interessadas, com vista a facilitar uma acção regional coordenada. Em aplicação destas decisões, a Comissão organizou uma reunião ministerial regional em Bangui, de 13 a 14 de Outubro de 2010, que reagrupou os países afectados (RDC, RCA, Uganda e Sudão, incluindo o GoSS) bem como parceiros bilaterais e multilaterais referidos.

78. De 16 de Março a 4 de Abril de 2011, a Comissão enviou uma missão de avaliação técnica aos cinco países afectados pelo problema da LRA, a fim de analisar as modalidades de criar a Força regional de intervenção (FRI) e o Centro de Operação conjunta (COC), em conformidade com as conclusões da reunião de Bangui. Em 8 de Junho de 2011, igualmente em Adis Abeba, realizou-se a segunda reunião ministerial regional sobre a questão da LRA. A mesma foi precedida de um encontro de peritos e chefes de Estado-maior e de serviços de segurança, em 6 e 7 de Junho de 2011, respectivamente. Os Ministros analisaram o relatório que lhes foi submetido sobre as modalidades de criação da FRI, do COC e de um Mecanismo conjunto de coordenação (MCC). Concebido como uma estrutura *ad hoc* de nível estratégico que coordenará os esforços da UA, e dos países referidos com o apoio dos parceiros, o MCC será composto de Ministros da Defesa dos países envolvidos e presidido pelo Comissário de Paz e Segurança da UA. No que respeita o processo político, os Ministros acordaram que as diferentes delegações submeterão as conclusões da reunião aos seus Chefes de Estado respectivos para adopção, enquanto a Comissão submeterá o mesmo documento às instancias competentes da UA, para autorizar a missão.

79. A Conferencia poderia felicitar os países da região pela importante etapa vencida com a reunião de Adis Abeba e encorajá-los a trabalhar para a implementação rápida das decisões tomadas. Ela poderia igualmente lançar um apelo aos parceiros da UA para que apoiem este empreendimento, cuja concretização é crucial para a protecção das populações civis afectadas por anos de violência e atrocidades cometidas pelo LRA.

(xiii) Niger

80. A situação no Níger continuou a evoluir favoravelmente, com a conclusão do processo de transição iniciado após o golpe de estado de 18 de Fevereiro de 2010, que decorreu num contexto de bloqueio político e de violação da Constituição do país

pelo Presidente Mamadou Tandja. Em 8 de Janeiro de 2011, realizaram-se as eleições municipais, seguidas, a 31 de Janeiro de 2011, com a 1ª volta do escrutínio presidencial e das legislativas. A 2ª volta do escrutínio presidencial organizada a 12 de Março foi vencida por Mahamadou Issoufou, do Partido nigerino para a Democracia e o Socialismo (PNDS), com 57,95% dos votos. Face a esta evolução, o CPS em 16 de Março de 2011, levantou a suspensão da participação do Níger nas actividades da UA, que tinha sido aplicada a 19 de Fevereiro de 2010, em execução das disposições pertinentes da Declaração de Lomé que prevê uma suspensão automática em caso de golpe de estado.

81. A Conferencia poderia regozijar-se da conclusão da transição e do bom desenrolar dos diferentes escrutínios organizados. Estes resultados honram a classe política e o povo nigerino bem como ao nosso continente no seu todo. A UA, que acompanhou o processo de restauração da ordem constitucional para trabalhar junto às autoridades nigerinas para a consolidação dos progressos registados. Ao mesmo tempo, a Conferencia poderia apelar os parceiros da UA para que prestem apoio económico e financeiro necessário à consolidação dos progressos registados.

(xiv) Côte d'Ivoire

82. Em Côte d'Ivoire, 5 meses após a organização da segunda volta da eleição presidencial, em 28 de Novembro de 2010, a crise pós-electoral, longa e funesta conheceu o seu desenlace. A Conferencia recordará que o CPS, na sua 259ª reunião realizada a 28 de Janeiro de 2011, a nível dos chefes de Estado e de Governo, debruçou-se de forma minuciosa sobre a crise marfinense. O CPS reafirmou as suas decisões anteriores sobre a situação em Côte d'Ivoire, reconhecendo Alassane Ouattara como Presidente eleito, e decidiu criar, sob a autoridade da UA, um Grupo de alto nível para a resolução da crise, cujo mandato era de avaliar a situação e formular, na base das decisões pertinentes da UA e da CEDEAO, uma solução política global. Composto dos Chefes de Estado da Mauritânia que assegurou a presidência, África do Sul, Burquina-Faso, Tanzânia e Chade assim como os Presidentes das Comissões da UA e da CEDEAO, o Grupo apresentou o seu relatório à 265ª reunião do CPS da UA, realizada a 10 de Março a nível dos Chefes de Estado e de Governo. Nas suas propostas, o Grupo de alto nível reconfirmou nomeadamente a vitória de Alassane Ouattara; e solicitou que Laurent Gbagbo se retire no interesse supremo do povo marfinense e que as partes marfinenses tomem conhecimento e solicitem ao Conselho constitucional de investir S. E Sr. Ouattara como Presidente da Republica. A 265ª reunião do CPS aprovou as propostas do Grupo de alto nível e solicitou ao Presidente da Comissão da UA de nomear um Alto Representante encarregue da implementação desta solução política global. Convidados a participar nas reuniões do Grupo de alto nível e do CPS de 10 de Março de 2011, o Presidente eleito, Sr. Alassane Dramane Ouattara, respondeu positivamente, e aceitou a solução proposta. Por sua vez, o Presidente cessante, Sr. Laurent Gbagbo, representado por uma delegação conduzida pelo Sr. Pascal Affi N'Guessan, Presidente da Frente Popular Marfinense (FPI), rejeitou a solução.

83. Enquanto se envidavam esforços para as negociações em curso entre as duas partes, de 4 a 6 de Abril de 2011, sob a égide da UA e da CEDEAO, a campanha militar para demitir o Presidente cessante reiniciou. Com efeito, convicto de que o Presidente cessante jamais cederia voluntariamente e pacificamente o poder e que todas as diligências políticas e diplomáticas serviriam apenas para ganhar tempo, o

Governo do Presidente Ouattara conseguiu forçá-lo a partir. A campanha militar foi breve tendo sido concluída com a tomada de Abidjan e a detenção de Laurent Abagbo em 11 de Abril de 2011. Convém notar o papel decisivo desempenhado pela ONUCI e a Força Francesa « Licorne », que agiram no quadro da resolução 1975 (2011) do Conselho de Segurança, nos últimos dias da batalha de Abidjan. Os combatentes pro-Gbagbo fizeram resistência em alguns bairros do município de Yopougon, antes de terem sido derrotados durante uma ofensiva que durou até 4 de Maio de 2011. A 4 de Maio de 2011, o Conselho constitucional tomou uma decisão proclamando M. Alassane Ouattara, Presidente da República de Côte d'Ivoire. Considerando que as normas e disposições internacionais aceites pelos órgãos nacionais competentes tem uma autoridade superior a essa das legislações e decisões jurídicas internas, o Conselho constitucional endossou as decisões do CPS sobre a resolução da crise em Côte d'Ivoire. Entretanto, o Presidente Alassane Ouattara prestou sermão a 6 de Maio de 2011. A sua investidura teve lugar em Yamoussoukro a 21 de Maio de 2011.

84. A Conferencia poderia se felicitar do desenlace da crise pós-eleitoral e encorajar as autoridades marfinenses a não pouparem esforços para a consolidação da paz, justiça e reconciliação, assim como a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito. Por sua vez, e no quadro do seguimento das decisões do CPS, a Comissão realiza consultas com a CEDEAO com vista a acordar sobre as modalidades de uma acção conjunta em apoio aos esforços das autoridades marfinenses.

(xv) Libéria

85. A Libéria continua a registar grandes progressos para a consolidação da paz e reconstrução pós-conflito, com os preparativos das eleições em Outubro ou Novembro deste ano, o que vai depender dos resultados do próximo referendo em Agosto de 2011. A Comissão Nacional das Eleições (NEC) conduziu com sucesso o processo de registo de eleitores, o qual terminou em Fevereiro de 2011, e está a trabalhar actualmente para a organização de um referendo nacional sancionado pela Legislatura Liberiana. Além disso, desde a inclusão da Libéria, no passado mes de Setembro na agenda da Comissão de Consolidação da Paz da NU (PBC), registaram-se progressos significativos incluindo a elaboração de um Plano Prioritário e um Programa para a implementação dos três principais áreas identificadas sob a Declaração de compromisso Mutuo (SMC), nomeadamente para apoiar a reforma do sector de segurança, reforçar o estado de direito, e promover a reconciliação nacional.

86. A crise marfinense teve um impacto negativo sobre a situação de segurança no país considerando que o Governo da Libéria e seu povo tiveram que lidar com o fluxo elevado de refugiados marfinenses, elevando-se em cerca de 130,000 de Dezembro de 2010 até à data presente. Há registos de recrutamento de ex-combatentes liberianos que lutaram em ambas as partes da Guerra civil, e a infiltração de rebeldes marfinenses na fileira de rebeldes marfinenses e no campo de refugiados o que tem causado vários problemas. Todos os esforços devem abordar eficazmente esta situação antes da organização de eleições. A Conferencia pode apelar os parceiros internacionais para continuarem a seguir de perto a situação e apoiar os esforços do governo Liberiano para consolidação dos progressos notáveis registados nos últimos anos.

(xvi) República da Guiné

87. Na sequência de uma transição coroada de sucesso com a realização das eleições presidenciais, a Guiné deve fazer face nomeadamente : ao aprofundamento do processo democrático, por um lado ; a satisfação das necessidades prioritárias das populações por outro lado. Desde a sua criação o governo elaborou em Janeiro de 2011, o estado geral de receitas que permitiram a elaboração de um plano de acção de emergência. Por sua vez, o Grupo Internacional de contacto sobre a Guiné (GIC-G), copresidido pela UA e CEDEAO, realizou a sua 19ª e ultima reunião em Conakry, em 10 de Fevereiro de 2011. Esta reunião consagrou o fim do mandato do GIC-G e iniciou a criação, a pedido do Presidente Alpha Condé, do Grupo dos Amigos da Guiné, com a finalidade de ajudar o país rumo ao desenvolvimento, crescimento rápido e duradouro e apoia-lo a concluir o processo eleitoral e a consolidação da governação democrática. Convém todavia sublinhar a controvérsia verificada recentemente no debate político em torno das eleições legislativas e do projecto do Governo de retomar o recenseamento a fim de estabelecer uma nova lista eleitoral.

88. A Conferencia poderia incentivar as autoridades guineenses e todas as partes interessadas a trabalharem no sentido de privilegiar o diálogo e o consenso e a realizar as próximas eleições legislativas e locais em condições e data propicias de forma transparente e regular. Trata-se deste modo de revitalizar o tecido social após as tensões que marcaram o processo e desenvolver uma cultura de paz e de democracia. Por outro lado, a Conferencia poderia lançar um apelo aos parceiros de desenvolvimento para que continuem a apoiar o processo de consolidação de paz e a recuperação económica da Guiné.

(xvii) Guiné-Bissau

89. O período em análise foi marcado por progressos no processo de consolidação da paz e de reconstrução pós-conflito na Guiné-Bissau. Convém primeiramente realçar a implementação de um dos programas prioritários do Governo, a saber a reforma do sector da defesa e segurança (RSDS), na sequência da adopção e aprovação, a nível nacional, regional e internacional, do Roteiro da CEDEAO-CPLP. Importa igualmente realçar o envio da Missão técnica militar e de segurança angolana na Guiné-Bissau (MISSANG-GB), que resulta de um acordo bilateral entre a Guiné-Bissau e Angola, lançada oficialmente a 21 de Março de 2011 durante um período de dois anos. Este Roteiro prevê igualmente a reforma da justiça. A acção neste ultimo domínio foi acompanhado de um relançamento do processo de reconciliação nacional desde Agosto de 2010. Enfim, em 29 de Março de 2011, realizaram-se consultas em Bruxelas entre a Guiné-Bissau e a UE, a título do artigo 96 do Acordo de Cotonou. Nesta ocasião, o Governo guineense apresentou um documento considerado globalmente satisfatório, no qual reitera a sua vontade de honrar os seus compromissos, nomeadamente no que respeita a luta contra a impunidade e o tráfico de droga, a instauração do Estado de direito e a subordinação dos militares ao poder civil.

90. A Conferencia poderia se felicitar da principal etapa vencida com a adopção do Roteiro, que satisfaz os objectivos das disposições do Plano de Acção de Tripoli relativas à Guiné-Bissau, e encorajar o Governo guineense e o conjunto dos outros actores referidos a preservar os seus esforços nesse sentido. A este respeito, a Conferencia poderá exortar os parceiros a apoiar a Guiné-Bissau na busca da paz e de um desenvolvimento socioeconómico duradouros, nomeadamente através da

realização o mais rapidamente possível da Mesa Redonda dos doadores, várias vezes adiada.

(xviii) Sahara Ocidental

91. A disputa do território de Sahara Ocidental, entre o Reino de Marrocos e a Frente POLISARIO, permanece irresoluta como resultado das posições exclusivas e mútuas das Partes. Como é do conhecimento da Conferencia as duas Partes submeteram em Abril de 2007, a suas respectivas propostas ao Secretário-Geral da NU para a resolução do diferendo, em que Marrocos acordava autonomia sob a jurisdição do Reino, e a Frente POLISARIO propunha um referendo de autodeterminação com duas opções de votos: integração com Marrocos ou *independência*. Foi neste contexto que o Conselho de Segurança, há quatro anos, mandou negociações directas, em boa fé e sem pré-condições, sob a égide do Secretário-Geral da NU. Além das quatro rondas de negociações directas em Manhasset, Nova Iorque, foram convocadas sete conversações informais pelo Enviado Especial do Secretário-Geral da NU para o Sahara Ocidental, Embaixador Christopher Ross, com o intuito de preparar o terreno para a quinta ronda de negociações em Manhasset. A 8ª ronda de conversações informais será convocada em Manhasset, Nova Iorque, em meados de Julho de 2011.

92. Em 14 de Abril de 2011, o Secretário-Geral da NU submeteu o seu último relatório sobre o Sahara Ocidental ao Conselho de Segurança, a mensagem fundamental do mesmo era de que, apesar da multiplicidade das conversações, o impasse no processo de paz permaneceu como sempre. Na resolução 1979 (2011) adoptada em 27 de Abril de 2011, o Conselho de Segurança autorizou a prorrogação do mandato da MINURSO para mais um ano, até 30 de Abril de 2012, exortando as duas Partes a cooperarem com o Secretário-Geral e para continuarem a negociar sem condições prévias e em boa fé, a fim de alcançarem uma solução política mútua, justa e duradoura, a qual permitirá alcançar a autodeterminação do povo do Sahara Ocidental no contexto das disposições consistentes com os princípios e objectivos da Carta da NU. Neste contexto, a Conferencia podia exortar as Partes a cooperarem integralmente para a resolução definitiva do diferendo sobre o Sahara Ocidental, baseado no devido respeito pela legalidade internacional. A UA continuará a envidar esforços a fim de apoiar tal esforço, em conformidade com o Plano de Acção de Trípoli adoptado pela Sessão Especial da Conferencia dos Chefes de Estado e de Governo em Agosto de 2009.

(xix) Tunísia

93. Prosseguiram-se esforços com vista a por termo ao processo de transição, apesar dos desafios encontrados. A situação política na Tunísia foi marcada por uma certa instabilidade política durante um período relativamente longo. Assim, apesar das reformas encorajadoras às quais se comprometeram, o 1º e o 2º Governos provisórios decaíram sucessivamente sob pressão de manifestantes, que exigiam, entre outras, a convocação de uma Assembleia constituinte e a dissolução de todas as instituições do antigo regime. No início do mês de Fevereiro, as duas Câmaras do Parlamento votaram uma lei autorizando o Presidente interino a governar por decreto-lei. O Parlamento foi suspenso em seguida e depois dissolvido. Por outro lado, um órgão denominado « Alta Instancia para a realização dos objectivos da revolução, da reforma política e da transição democrática » foi criada em 15 de Março de 2011, para preparar a eleição da Assembleia constituinte. Enfim, uma Alta Instancia independente de

Eleições (HIE) foi criada por decreto-lei. Fundamentando-se em « considerações logísticas e técnicas », a HIE propôs, em 22 de Maio último, o adiamento da eleição da Assembleia constituinte em 16 de Outubro de 2011, enquanto o governo mantinha ainda a data inicialmente prevista para 24 de Julho, para segundo a mesma, « evitar a duração indefinida da transição ». Finalmente, foi alcançado um consenso nacional, e foi anunciado oficialmente que a eleição da Assembleia constituinte terá lugar em 23 de Outubro de 2011.

94. A Conferencia felicita os progressos registados na transição e reitera o apoio da UA aos esforços em curso. Por outro lado, a UA deve prosseguir a mobilizar recursos para ajudar a Tunísia a fazer face ao fardo enorme que representa o acolhimento de milhares de refugiados no seu país, nomeadamente africanos, fugindo do conflito e dos bombardeamentos na Líbia. A generosidade demonstrada pela Tunísia, apesar das suas próprias dificuldades no contexto da transição em curso neste país, é uma fonte de orgulho para o continente e deveria servir de exemplo.

(xx) Egipto

95. A sessão de Janeiro da Conferência decorreu num contexto em que se registaram manifestações no Egipto contestando a pobreza e repressão política, e solicitando liberdade e democracia. Inicialmente, o regime tentou controlar as manifestações, com perdas de vidas humanas antes de oferecer concessões. Não obstante, os manifestantes continuaram a pressionar para a saída do poder do Presidente Mubarak. Em 11 de Fevereiro de 2011, o Presidente Mubarak acabou por render o poder ao Conselho Supremo das Forças Armadas. Em 15 de Fevereiro as novas autoridades egípcias iniciaram medidas para introduzir emendas na Constituição, em resposta aos pedidos da população. Os egípcios aprovaram as emendas constitucionais num referendo realizado em 19 de Março de 2011. Uma nova lei foi adoptada igualmente para facilitar a formação de partidos políticos. Além disso, desde a sua ascensão ao poder, as novas autoridades egípcias tomaram várias medidas para investigar a violência durante as manifestações, bem como as acusações de corrupção.

96. A Conferencia felicita os desenvolvimentos positivos no Egipto, bem como o compromisso das novas autoridades egípcias pelo sucesso da transição em curso. É importante também que a Conferencia exorte firmemente os parceiros da UA e as instituições financeiras internacionais para prestar assistência necessária ao Egipto a fim de superar os desafios socioeconómicos e empenhar-se na reconstrução de uma democracia sustentável e desenvolvimento.

(xxi) Líbia

97. Tal como acima referido, o período em análise foi marcado por vários desenvolvimentos na Líbia. Na véspera das rebeliões na Tunísia e depois no Egipto, o país testemunhou protestos contra a autoridade do Coronel Muammar Kaddafi, que iniciou no leste da Líbia e expandiu-se rapidamente noutras regiões do país. O Governo reagiu com o uso da força militar e outras medidas. A situação degenerou num conflito armado, em que os rebeldes criaram em 5 de Março de 2011, um Conselho Nacional de Transição (TNC), com sede em Benghazi.

98. Preocupado com a situação na sua 261ª reunião de 23 de Fevereiro de 2011, o CPS manifestou profunda preocupação com estes desenvolvimentos e condenou firmemente o uso excessivo e indiscriminado da força e de armas letais contra manifestantes pacíficos. Em 10 de Março de 2011, o CPS acordou sobre um roteiro para a resolução da crise líbia, baseado nos pontos seguintes: (i) cessação imediata de todas as hostilidades; (ii) cooperação das autoridades competentes líbias para facilitar a distribuição atempada de assistência humanitária às populações carenciadas; (iii) protecção de cidadãos estrangeiros, incluindo os migrantes Africanos residindo na Líbia; e (iv) adopção e implementação de reformas políticas necessárias para a eliminação das causas da crise actual. Decidiu criar um Comité *Ad-Hoc* de Alto Nível da UA sobre a Líbia constituído por cinco Chefes de Estado e de Governo, bem como pelo Presidente da Comissão, com mandato para promover o seu roteiro.

99. Outras organizações, incluindo a Liga dos Estados Árabes, a UE e as Nações Unidas, reagiram igualmente face à situação que se desenvolveu na Líbia. Em particular, em 26 de Fevereiro de 2011, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1970 (2011), na qual (i) decidiu deferir a situação na Líbia desde 15 de Fevereiro de 2011 ao Procurador do Tribunal Penal Internacional (ICC); (ii) e impôs um embargo sobre armas na Líbia, bem como a interdição de viajar e o congelamento de bens a vários responsáveis e entidades líbias. Em 17 de Março de 2011, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1973 (2011), na qual (i) solicitou o estabelecimento imediato de um cessar-fogo e o fim da violência e ataques e abusos contra civis; (ii) e salientou a necessidade de intensificar esforços para a busca de uma solução para a crise de acordo com as exigências legítimas do povo líbio. Além disso, e na sequência do pedido da Liga Árabe em 12 de Março de 2011, o Conselho de Segurança decidiu impor uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia, para proteger os civis e as áreas habitadas por civis das ameaças de ataques na Líbia, incluindo Benghazi, embora excluindo a força de ocupação estrangeira de qualquer forma em qualquer parte do território líbio. A campanha militar para a execução da zona de exclusão aérea iniciou imediatamente depois da “Cimeira de Paris para Apoiar o Povo Líbio”, realizada em 19 de Março de 2011. Desde 31 de Março, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) assume o comando das operações internacionais aéreas sobre a Líbia.

100. Logo depois da sua criação, o Comité *Ad hoc da UA* empenhou-se na implementação do seu mandato. A este respeito, o Comité manteve vários encontros com as partes líbias, nomeadamente o Governo e o TNC. Em particular, deslocou-se a Trípoli e a Benghazi a 10 e 11 de Abril de 2011. Tendo em conta a contínua deterioração da situação na Líbia, uma sessão extraordinária da Conferência da União teve lugar em Adis Abeba a 25 de Maio de 2011. Esta reunião realizou-se no contexto da intensificação da campanha aérea liderada pela NATO, incluindo o ataque por meio de helicópteros; os combates incessantes entre as tropas governamentais líbias e elementos do TNC, especialmente em redor de Misrata e nas montanhas do oeste; deterioração da situação humanitária da população civil, bem como dos trabalhadores migrantes africanos tentando desesperadamente sair do país, com centenas de mortes no alto mar; e o impasse no processo político, sem perspectivas de uma solução negociável para a crise.

101. Na decisão sobre uma resolução pacífica da crise líbia adoptada na ocasião, a Cimeira reiterou a sua convicção que apenas uma solução política tornaria possível promover a paz sustentável na Líbia e cumprir as aspirações legítimas do povo líbio. A este respeito, endossou o Roteiro da UA, e salientou a sua importância. A Cimeira

reiterou a necessidade para um fim imediato de todos os ataques contra civis, bem como o cessar-fogo imediato, pressupondo-se que tal cessar-fogo deveria conduzir ao estabelecimento consensual e inclusivo de um período de transição, culminando em eleições que permitiram os líbios de escolher livremente os seus dirigentes. Entretanto, a Conferencia solicitou uma pausa imediata nos combates de campanha aérea liderados pela NATO, para proporcionar alívio à população civil, salientando que a continuidade das operações militares da NATO contraria o verdadeiro propósito da sua missão e complica ainda mais qualquer transição para um sistema democrático na Líbia. Embora reiterando o compromisso da UA às resoluções 1970 (2011) e 1973 (2011), a Cimeira salientou a obrigação de todos os actores internacionais cumprirem estas resoluções na íntegra e em letra e espírito. A Cimeira expressou a surpresa e desapontamento de África face às tentativas de marginalizar o continente na gestão do conflito líbio, lembrando que o papel do Comité *ad hoc* de Alto Nível da UA foi *formalmente reconhecido pelo Conselho de Segurança* e está em conformidade com o quadro global do Capítulo VIII da Carta da NU sobre o papel das disposições regionais na resolução de diferendos entre a e nos seus estados membros. Em 15 de Junho de 2011, o Conselho de Segurança e o Comité *ad hoc* trocaram opiniões sobre a situação na Líbia, bem como sobre os esforços e interesses da UA.

102. Desde o início da crise líbia, a UA tem desdobrado esforços para a busca de uma solução política. A Conferencia pode render homenagem aos Chefes de Estado do Comité *ad hoc* pelo seu compromisso e várias medidas tomadas no cumprimento do seu mandato. A Conferencia pode salientar igualmente a necessidade de esforços renovados do Comité para o alcance de um cessar-fogo que será ligado a um processo político que permitiria o povo líbio alcançar uma solução negociada que satisfaça as suas legítimas aspirações.

VI. CONCLUSÃO

103. Durante o período em análise registaram-se grandes conquistas na busca da paz, graças aos esforços de África e ao apoio recebido dos parceiros da comunidade internacional. Ao mesmo tempo, as rebeliões que ocorreram no Norte de África impõem novos desafios ao continente, que se complementam aos conflitos prevaletentes em algumas partes do continente e a tarefa da consolidação da paz onde já foi alcançada.

104. Neste contexto, e para além das medidas tomadas para solucionar os conflitos existentes e consolidar as concretizações feitas, há necessidade de se reforçar os esforços em curso para abordar as causas profundas dos conflitos de forma holística e sistemática, incluindo através da implementação dos instrumentos existentes no domínio dos direitos humanos, estado de direito, democracia, eleições e boa governação. A este respeito, é crucial que os Estados-Membros que ainda não o fizeram procedam à assinatura e /ou ratificação destes instrumentos e implementem na íntegra as suas disposições.

Assembly/AU/4 (XVII)
Anexo 1

**REUNIÕES E SESSÕES DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA,
DE JANEIRO A JUNHO DE 2011**

**REUNIÕES E SESSÕES DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE PAZ E
SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA, DE JANEIRO A JUNHO DE 2011**

Reunião/ Sessão de Informação	Data	Agenda	Comunicados	Documentos de Trabalho
256 ^a	10 de Janeiro de 2011	Comunicação sobre a situação no Sudão	Comunicado de Imprensa: PSC/PR/BR (CCLVI)	
257 ^a	15 de Janeiro de 2011	Análise sobre a situação na Tunísia	Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR (CCLVII)	
258 ^a	20 de Janeiro de 2011	1. Análise do Relatório do Presidente da Comissão sobre a Operação Híbrida da União Africana-Nações Unidas em Darfur (UNAMID) e a situação em Darfur 2. Informação sobre os esforços em curso para o fim da crise na Costa do Marfim 3. Renovação do mandato da AMISOM	Comunicado PSC/PR/COMM.2 (CCLVIII) Comunicado PSC/PR/COMM.3 (CCLVIII)	4. Relatório do Presidente da Comissão sobre a Operação Híbrida da União Africana-Nações Unidas em Darfur (UNAMID) e a situação em Darfur PSC/PR/2(CCLVIII)

259 ^a	28 de Janeiro de 2011	Análise sobre a situação na Costa do Marfim	Comunicado PSC/AHG/COMM (CCLIX)	
260 ^a	16 de Fevereiro de 2011	Situação no Egito	Comunicado PSC/PR/COMM(CCLX)	
261 ^a	23 de Fevereiro de 2011	Situação na Líbia	Comunicado PSC/PR/COMM (CCLXI)	
262 ^a	24 de Fevereiro de 2011	1. Informação sobre a implementação do Acordo de Paz Global no Sudão 2. Análise do Relatório do CPS sobre a missão no terreno do CPS ao Sudão	Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR (CCLXII) Comunicado PSC/PR/COMM.1(CCLXII)	Relatório sobre a Missão no terreno do Conselho de Paz e Segurança ao Sudão PSC/PR/COMM.1(CCLXII)
263 ^a	28 de Fevereiro de 2011	1. Informação sobre Côte d'Ivoire 2. Renovação do mandato do Painel de Alto Nível da União Africana sobre a Resolução da Crise em Côte d'Ivoire	Comunicado PSC/PR/COMM(CCLXIII)	

264 ^a	8 de Março de 2011	Estado de Operacionalização dos órgãos subsidiários do CPS	Comunicado PSC/PR/COMM(CCLXIV)	Nota de Referencia sobre o Estado da criação da Operacionalização dos órgãos subsidiários do Conselho de Paz e Segurança da União Africana PSC/PR/ (CCLXIV)
265 ^a	10 de Março de 2011	1. Reunião do CPS a nível de Chefes de Estado e de Governo sobre a situação em Côte d'Ivoire 2. Situação na Líbia	Comunicado PSC/AHG/COMM.1 (CCLXV) Comunicado PSC/PR/COMM.2 (CCLXV)	
266 ^a	16 de Março de 2011	3. Informação sobre o Níger	Comunicado PSC/PR/COMM(CCLXVI)	
267 ^a	18 de Março de 2011	Informação sobre a Somália	Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR(CCLXVII)	
268 ^a	23 de Março de 2011	Informação sobre a situação corrente no Norte de África e seu impacto sobre paz e segurança na Região: 1) Situação na Líbia	!) Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR.1(CCLXVII)	

		2) Situação na Tunísia 3) Situação no Egito	I) 2) Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR.2(CCLXVIII) 3) Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR.3(CCLXVIII)	
269 ^a	28 e 29 de Março de 2011	Informação sobre a mitigação de vulnerabilidades de mulheres e crianças em conflitos armados em África	Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR (CCLXIX)	
270 ^a	5 de Abril de 2011	1) Informação sobre a situação em Côte d'Ivoire	1) Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR.1(CCLXX) 2) Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR.2(CCLXX)	
271 ^a	8 de Abril de 2011	Reunião do CPS sobre a situação no Sudão (Darfur)	Comunicado PSC/PR/COMM.(CCLXXI)	

272 ^a	15 de Abril de 2011	Preparação da Reunião Conjunta do CPS da UA e o CPS da UE		
273 ^a	21 de Abril de 2011	Situação em Côte d'Ivoire Situação na Somália	Comunicado PSC/PR/COMM.1 (CCLXXIII) Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR.2(CCLXXIII)	Relatório do Presidente da Comissão sobre a situação em Côte d'Ivoire PSC/PR/2 (CCLXXIII) Relatório do Presidente da Comissão sobre a situação na Somália PSC/PR/4 (CCLXXIII)
274 ^a	25 de Abril de 2011	Informação do Banco Mundial sobre o relatório de Desenvolvimento de 2011	Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR (CCLXXIV)	
275 ^a	26 Abril de Abril de 2011	Debate Ministerial do CPS sobre o estado de Paz e Segurança em África Situação na Líbia	1) Declaração PSC/MIN/BR.1(CCLXXV) 2) Comunicado PSC/MIN/COMM.2(CCLXXV)	Relatório do Presidente da Comissão sobre a situação as Actividades do Comité Ad hoc de Alto Nível da UA sobre a situação na Líbia PSC/PR/2 (CCLXXV)

276 ^a	28 de Abril de 2011	Informação do presidente do (ICRC) sobre as actividades de paz e segurança em África	Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR. (CCLXXVI)	
277 ^a	6 de Maio de 2011	Reunião Consultiva Conjunta Anual entre o Conselho de Paz e Segurança da União Africana e o Comité de Política e Segurança da União Europeia		
4 ^a Reunião Consultiva Conjunta	11 de Maio de 2011	4 ^a Reunião Consultiva Conjunta Anual entre o CPS-UA e CPS-UE	Comunicado de Imprensa Conjunto	
278 ^a	13 de Maio de 2011	Informação do Painel dos Sábios da UA	Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR. (CCLXXVIII)	
279 ^a	18 de Maio de 2011	Análise dos Progressos no Desenvolvimento das Linhas Directrizes para a Protecção de Civis	Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR.(CCLXXIX)	Relatório do Presidente da Comissão sobre os Progressos de Desenvolvimento das Linhas Directrizes para a Protecção de Civis nas Operações de Apoio à Paz da União Africana

				PSC/PR/2(CCLXXIX)
280 ^a	20 de Maio de 2011	Análise da situação no Sudão	Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR (CCLXXX)	Relatório do Presidente da Comissão sobre a Implementação do Acordo de Paz Global PSC/PR/2(CCLXXX)
5 ^a Reunião Consultiva Conjunta	21 de Maio de 2011	Reunião Consultiva Conjunta entre os membros do Conselho de Paz e Segurança da UA e do Conselho de Seguranças da NU	Comunicado de Imprensa Conjunto	
Cimeira Extraordinária	25 de Maio de 2011	Cimeira Extraordinária da Conferencia da União sobre o Estado de Paz e Segurança em África	1) Declaração sobre o Estado de Paz e Segurança em África EXT/ASSEMBLY/AU/DECL/(01.2011) 2) Decisão sobre a Resolução Pacífica sobre a crise líbia EXT/ASSEMBLY/AU/DEC/(01.2011)	Relatório do Presidente da Comissão sobre os desafios actuais para a Paz e Segurança no continente e os esforços da UA. EXT/ASSEMBLY/AU/2.(01.2011)
281 ^a	6 de Junho de 2011	1) Actualização sobre a situação na Líbia 2) Preparação da missão no terreno em Côte d'Ivoire	Comunicado de Imprensa PSC/PR/BR.(CCLXXXI)	

282 ^a	14 de Junho de 2011	Parceria Estratégica UA-NU na área de Paz e Segurança		Parceria Estratégica UA-NU na área de Paz e Segurança: para uma maior coerência política estratégica

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia, P.O. Box: 3243 Tel.: (251-11) 5513 822 Fax: (251-11) 5519 321

Email: situationroom@africa-union.org, situationroom@ausitroom-psd.org

**CONFERÊNCIA DA UNIÃO
DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA
30 DE JUNHO A 1 DE JULHO DE 2011
MALABO, GUINÉ-EQUATORIAL**

**Assembly/AU/4 (XVII)
Anexo 2**

RELATÓRIO SOBRE AS ACTIVIDADES DO PAINEL DOS SÁBIOS

RELATÓRIO SOBRE AS ACTIVIDADES DO PAINEL DOS SÁBIOS

I. INTRODUÇÃO

1. Em conformidade com o Artigo 11 do Protocolo Relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana (UA), o Painel dos Sábios recebeu mandato para apoiar os esforços do Conselho e do Presidente da Comissão, particularmente no sector da prevenção de conflitos, a seu pedido ou por iniciativa própria. A este respeito, e com base nas Modalidades para o seu Funcionamento, tal como adoptado pelo CPS na sua 100ª reunião realizada em 12 de Novembro de 2007, o Painel pode, entre outras coisas, aconselhar o Conselho e /ou o Presidente da Comissão sobre todas as questões de acordo com as suas respectivas competências; realizar missões de avaliação no terreno, como um instrumento de prevenção de conflitos; e encorajar as partes, se necessário for, a restabelecer um diálogo político e promover medidas para restaurar a confiança. O Painel pode igualmente pronunciar-se sobre qualquer questão relacionada com a promoção e manutenção da paz, segurança e estabilidade em África.

2. Como é do conhecimento do Conselho, o termo do mandato dos primeiros membros do Painel termina em 18 de Dezembro de 2010, na base do qual a Conferencia da União, reunida em Kampala, em Julho de 2010, (re) nomeou as seguintes individualidades que constituem o actual Painel dos Sábios: Sr. Ahmed Ben Bella, antigo Presidente da Argélia, representando o Norte de África; Dr. Kenneth Kaunda, antigo Presidente da Zâmbia, representando a África Austral; Sra. Marie-Madeleine Kalala-Ngoy, antiga Ministra dos Assuntos Humanitários da República Democrática do Congo, representando a África Central; Dr. Salim Ahmed Salim, antigo Primeiro-Ministro da Tanzânia e Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana, representando a África Oriental; e Dra. Marie Chinery-Hesse do Gana, antiga Assistente do Secretário-Geral da OIT, representando a África Ocidental. Com o objectivo de reforçar a eficácia do Painel, a Conferencia nomeou igualmente as individualidades seguintes como membros do 'Grupo dos Amigos' do Painel dos Sábios: Sr. Miguel Trovoadá, antigo Presidente de São Tomé e Príncipe; Dr. Brigalia Bam, Presidente da Comissão Eleitoral Independente (IEC) da África do Sul; e Sra. Elisabeth Pognon, antiga Presidente do Tribunal Constitucional do Benim.

3. Durante a inauguração do actual Painel em Dezembro de 2010, em Argel, Argélia, o Painel reelegeu o Sr. Ahmed Ben Bella como Presidente.

4. Desde o último relatório da Conferencia em Julho de 2010, o Painel dos Sábios prosseguiu com as suas actividades. Com o objectivo de cumprir o seu mandato eficazmente, o Painel acordou que as suas actividades debruçar-se-iam sobre o seguinte:

- (i) Deliberações entre os seus membros, incluindo reuniões formais e consultas informais;

- (ii) Colaboração e consultas com órgãos competentes da UA, incluindo o CPS e o Presidente da Comissão, bem como os parceiros das Comunidades Económicas Regionais (CER), nomeadamente o Conselho dos Anciãos da CEDEAO e o Comité dos Anciãos da COMESA;
- (iii) Envolvimento nos países e regiões afectados por conflitos;
- (iv) Análise das questões chaves relacionadas com a prevenção de conflitos e consolidação da paz em África; e
- (v) Implementação do seu relatório sobre diferendos eleitorais.

5. O presente relatório é submetido em conformidade com o Artigo 11 (5) do Protocolo do CPS, que estipula que o Painel dos Sábios deve informar o Conselho que por sua vez informa a Conferência. Sobre as actividades realizadas pelo Painel desde Julho de 2010.

II. REUNIÕES FORMAIS DO PAINEL DOS SÁBIOS

6. Em conformidade com as Modalidades de Funcionamento, o Painel deve reunir-se pelo menos três vezes por ano ou sempre que for necessário, nomeadamente a pedido do Conselho ou o Presidente da Comissão. Entre as reuniões, os membros do Painel devem manter consultas regulares entre si e facilitar o cumprimento efectivo do seu mandato. Durante o período em análise, o Painel convocou um workshop de peritos, e em seguida a sua 9ª reunião em Argel, de 13 a 14 de Dezembro de 2010, para debater a sua visão estratégica. Realizou a sua 10ª reunião, de 12 a 13 de Maio de 2011, em Adis Abeba.

7. Durante a sua 9ª reunião, e o workshop que a precedeu, o Painel analisou as actividades realizadas nos últimos três anos, de 2007 a 2010, e acordou sobre os elementos constitutivos da sua visão estratégica e do programa de trabalho para 2011-2013. Concentrou esforços na prevenção da violência relacionada com eleições através da institucionalização de missões a todos os países que organizam eleições presidenciais. Analisou igualmente o seu relatório sobre “Não-Impunidade, Verdade, Paz, Justiça e Reconciliação em África: Oportunidades e Constrangimentos”.

8. Na sua 10ª reunião, na qual participaram, representantes do Conselho dos Anciãos da CEDEAO e o Comité de Anciãos da COMESA, o Painel analisou a situação de paz e segurança no continente. No âmbito do seguimento da sua avaliação regular sobre a situação na Somália desde 2008, para identificar os meios para revitalizar os esforços de paz e reconciliação neste país, o Painel recebeu informações gerais do Alto Representante da UA para a Somália, antigo Presidente Jerry Rawlings, um representante do Representante Especial da NU para a Somália, Embaixador Augustine Mahiga, e o Facilitador da IGAD, S.E Kipruto Arap Kirwa. Após as

apresentações, o Painel teve um debate exaustivo sobre a situação neste país. Lamentou as divergências contínuas entre os dirigentes das Instituições Federais de Transição (TFI), e apelou a todas as partes envolvidas para cessarem com as suas divergências e empenharem-se num diálogo construtivo que facilitaria a restauração da paz duradoira.

III. CONSULTAS COM O PRESIDENTE DA COMISSÃO E O CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA

9. Em conformidade com as disposições do Artigo 11 (5) do Protocolo do CPS e das Modalidades de Funcionamento, o Painel deve, sem qualquer prejuízo da sua independência, manter contactos regulares com o Conselho e o Presidente da Comissão, bem como o Presidente da União, e mantê-los sempre informados sobre as suas actividades com o objectivo de garantir uma estreita coordenação e harmonização. Durante o período em análise, o Painel realizou consultas formais com o Presidente da Comissão e o CPS.

a) Consultas com o Presidente da Comissão

10. Em 12 e 13 de Dezembro de 2010, em Argel, o Painel teve um encontro com o Presidente da Comissão, durante o qual, trocaram pontos de vista sobre os desafios de paz e segurança com os quais se confronta o continente e, em particular, sobre as melhores vias para abordar as disputas eleitorais. O Painel aproveitou a oportunidade para reiterar o seu compromisso de continuar a trabalhar estreitamente com o Presidente da Comissão para apoiar os seus esforços, particularmente na área da prevenção de conflitos.

b) Consultas com o CPS

11. Em 28 de Março de 2011, por ocasião da Sessão de Informação Pública Anual do Conselho de Paz e Segurança sobre Mulheres e Crianças em Conflitos Armados, o Painel informou o Conselho sobre o estado do seu relatório sobre Mulheres e Crianças em Conflitos Armados, que deverá ser submetido à sessão ordinária da Conferência da União em Janeiro de 2012. O Painel dos Sábios congratulou o Conselho por realçar esta questão crucial na sua agenda, e por analisar os esforços da UA, de forma ampla e consistente. A informação incluiu igualmente uma abordagem da Sra. Margot Wallstrom, representante Especial da NU para a Violência Sexual relacionada com Conflitos.

12. Em 13 de Maio de 2011, o Dr. Kenneth Kaunda e a Dra. Mary Chinery-Hesse, em nome do Painel, informaram o Conselho, uma vez mais, sobre as suas actividades, particularmente a sua missão à Tunísia, e trocaram opiniões sobre as melhores vias de abordar os desafios de paz e segurança com os quais se confronta o continente e reforçar a coordenação entre todas as componentes da Arquitectura Africana de Paz e Segurança. Eles apresentaram igualmente as conclusões do relatório sobre “Não

Impunidade, Verdade, Justiça e Reconciliação Nacional: Oportunidades e Constrangimentos'. Por sua vez, o Conselho manifestou apreço ao Presidente do Painel, antigo Presidente Ahmed Ben Bella, e aos seus membros, pelo seu compromisso e contribuição para a promoção da paz, segurança e estabilidade no continente.

IV. MISSÕES DO PAINEL

13. Tal como estipulado nas Modalidades de Funcionamento, o Painel pode realizar missões de avaliação no terreno como um instrumento de prevenção de conflitos e de consolidação da paz. Foi nesta base que durante a sua 9ª reunião, o Painel acordou sobre várias missões que deverão ser realizadas pelos seus membros.

14. Em conformidade, e de acordo com as decisões pertinentes do CPS, uma missão do Painel dos Sábios constituída pelo Sr. Miguel Da Costa Trovoadá e Dra. Mary Chinery-Hesse, foi enviada a Tunísia, de 11 a 22 de Abril de 2011, para reafirmar o apoio contínuo da Comissão da UA ao povo tunisino, avaliar a situação, e identificar ainda as possíveis medidas de apoio pela UA. A missão teve encontros nomeadamente com as seguintes individualidades tunisinas: S.E. Foued Mebazza, Presidente Interino da República; S.E. Moildi Kafi, Ministro dos Negócios Estrangeiros, e S.E. Abdelhamid Triki, Ministro do Planeamento e Cooperação Internacional.

15. Em todas as suas reuniões, a delegação salientou que África e o mundo inteiro observavam atentamente os desenvolvimentos na Tunísia. Sublinhou a importância do processo eleitoral conduzido de maneira pacífica, justa e transparente e a este respeito, o Painel apelou a todos os parceiros na Tunísia para não pouparem esforços a fim de garantir que as aspirações populares em prol da democracia genuína, estado de direito e respeito pelos direitos humanos sejam satisfeitas.

V. REFLEXÕES TEMÁTICAS SOBRE QUESTÕES RELACIONADAS COM PREVENÇÃO DE CONFLITOS

16. Em seguida, uma missão do Painel dos Sábios foi enviada ao Cairo, no Egipto, de 3 a 6 de Junho de 2011. A mesma integrava a Dra. Mary Chinery-Hess e o Dr. Brigalia Bam, bem como os membros do Comité dos Anciãos da COMESA, nomeadamente Sir James Macham, antigo Presidente das Seychelles. É de notar que a UA e as CER assinaram um Memorando de Entendimento apelando para uma maior colaboração e coordenação de esforços entre si nas áreas de trabalho, incluindo a prevenção e gestão de conflitos. Durante a visita, a delegação do Painel teve um encontro com S.E. Dr. Essam Sharaf, Primeiro-Ministro do Egipto, S.E. Dr. Nabil El-Araby, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros (recentemente eleito Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes), S.E. Dr. Mohamed Fayek, Presidente em exercício do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, S.E. Dr. Abdel Aziz Hegazi, antigo Primeiro-Ministro do Egipto e S.E. Emb. Mona Omar, Assistente do Ministro dos Negócios Estrangeiros para os Assuntos Africanos. E também com o actual Secretário-

Geral da Liga dos Estados Árabes, S.E. Dr. Amre Moussa, bem como vários representantes da sociedade civil, incluindo associação de mulheres, estudantes, investigadores, académicos, jornalistas, bloggers e activistas e ainda com representantes de organizações internacionais. O Painel salientou a importância do sucesso da conclusão da transição em curso e assegurou que as aspirações do povo foram satisfeitas.

a) Disputas e conflitos eleitorais

17. É de recordar que a Conferência adoptou o relatório do Painel sobre disputas eleitorais em África, em Julho de 2009. O Painel, através do Departamento dos Assuntos Políticos de Paz e Segurança, elaborou um plano de acção para a implementação das recomendações contidas no relatório. A este respeito, o Painel acordou realizar visitas pré-eleitorais regularmente aos países que pretendem realizar eleições presidenciais e/ou legislativas. As missões destinam-se igualmente a dar uma oportunidade para o Painel defender a importância da ratificação dos pertinentes instrumentos da UA, especialmente a Carta da Democracia, Eleições e Governança, e interagir com parceiros no terreno. Estas missões permitem ao Painel fazer recomendações à Comissão e ao CPS sobre a tomada de medidas apropriadas e/ou intervenções.

b) Não-Impunidade, Justiça e Reconciliação Nacional

18. Na sua 4ª reunião realizada em Novembro de 2008, em Nairobi, o Painel decidiu acordar atenção particular ao problema do combate à impunidade e o seu relacionamento com justiça, verdade e reconciliação em África durante o ano de 2009. Esta opção fundamentou-se no debate renovado sobre este tema e os problemas gerados na aplicação do princípio da jurisdição universal e das decisões pertinentes da UA na matéria. Com a finalidade de facilitar esta reflexão, a Comissão convocou um 'workshop de peritos' em Monróvia, na Libéria, em 28 e 29 de Maio de 2009. O relatório preparado pelo Painel focaliza as experiências africanas na abordagem da questão de impunidade, instrumentos internacionais e da UA existentes, bem como as consequências e desafios de intervenções internacionais. O Painel elaborou um Quadro de Política e Justiça de Transição, que servirá de orientação aos Estados-Membros na abordagem de questões relacionadas com paz, justiça e reconciliação.

c) Mulheres e Crianças em Conflitos Armados

19. Durante a sua 7ª reunião, o Painel acordou focalizar a sua reflexão temática em 2010-2011 sobre o problema das mulheres e crianças em conflitos armados. Esta opção fundamentou-se na evidência empírica acumulada em várias décadas, confirmando que as mulheres e crianças são as que mais sofrem sempre que há uma ruptura de ordem social, estado de direito e predominância de violência. Neste contexto reiterou-se um compromisso claro aos objectivos da resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança da NU. O Painel encomendou um relatório, que foi revisto por

um ' workshop de peritos em Kinshasa, RDC, em Maio de 2010. O relatório final será submetido à sessão ordinária da Conferencia em Janeiro de 2012.

d) Democratização e Governação

20. Tal como solicitado pela 275^a reunião do CPS, decorrida em Adis Abeba, em 26 de Abril de 2011, o Painel decidiu lançar uma análise abrangente sobre os mecanismos existentes relacionados com democratização e governação em África, a fim de se formular recomendações concretas ao CPS, em Dezembro de 2011. A reflexão fundamenta-se nas rebeliões populares no Norte de África, as quais, tal como realçado pelo CPS, constitui uma oportunidade única para debater profundamente os processos de democratização no continente e garantir que os compromissos feitos pelos Estados-Membros nos vários instrumentos da UA sejam cumpridos e implementados na íntegra.

Assembly/AU/4 (XVII)
Anexo 3

COMUNICADO DE IMPRENSA DA 4ª REUNIÃO CONSULTIVA CONJUNTA
ENTRE O CPS DA UA E O CPS DA UE
ADIS ABEBA, 11 DE MAIO DE 2011



**COMUNICADO DE IMPRENSA DA 4ª REUNIÃO CONSULTIVA CONJUNTA ENTRE O CPS DA
UA E O CPS DA UE
ADIS ABEBA, 11 DE MAIO DE 2011**

O Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS UA) e o Comité Político e de Segurança da União Europeia (CPS UE) realizaram a sua 4ª Reunião Anual Consultiva Conjunta em Adis Abeba, a 11 de Maio de 2011. O Embaixador Lungile Christian Pepani, Presidente do (CPS UA) durante o mês de Maio de 2011, e o Embaixador Olof Skoog, Presidente Permanente do CPS da UE, presidiram a reunião em conjunto, em conformidade com a prática estabelecida desde a primeira reunião consultiva conjunta que teve lugar em Bruxelas, a 30 de Setembro de 2008.

A reunião teve lugar no contexto das várias manifestações ocorridas no Norte de África. Os desenvolvimentos no Norte de África favoreceram oportunidades e desafios nas áreas de segurança, democratização, governação, responsabilidade e crescimento socioeconómico abrangente que satisfazem as necessidades e expectativas do povo. Nomeadamente, estes desenvolvimentos evidenciaram a necessidade de diálogo e coordenação para facilitar os esforços conjuntos para a resolução de crises.

Durante o debate sobre a situação das crises, **ambas as partes** reafirmaram o seu compromisso à implementação das resoluções 1970 e 1973 (2011) do Conselho de Segurança da NU para assegurar a protecção da população civil na **Líbia**, no cumprimento total das disposições das resoluções. Ao fazerem um apelo ao fim imediato de todos os ataques a civis e ao cessar-fogo verdadeiro e credível, sublinharam a necessidade da continuidade de acções futuras baseadas nestas duas resoluções. As partes expressaram grande preocupação com a deterioração da situação humanitária no país, e apelaram pelo respeito total dos direitos humanos e do Direito Humanitário Internacional.

Preocupada igualmente com o grande impacto sobre a situação humanitária e de segurança da actual situação na região e além, a reunião reconheceu os esforços humanitários da UA bem como dos vizinhos africanos da Líbia. A reunião afirmou a necessidade de esforços internacionais coordenados para apoiar as aspirações legítimas do povo líbio na busca de uma solução política democrática e pacífica. A este respeito, as duas partes reconheceram o facto de que o Roteiro da UA, já apresentou às partes líbias, componentes chaves através do Comité Ad Hoc de Alto Nível da UA sobre a Líbia. Elas acordaram em prosseguir esforços, para apoiar a NU e em conformidade com a resolução 1973 (2011) do Conselho de Segurança da NU, que reconhece o papel do Comité Ad Hoc de Alto Nível da UA, para uma solução política da crise, com vista à próxima reunião da NU, UA, UE, Liga dos Estados Árabes e Organização da Conferência Islâmica (OCI).

Relativamente à **Côte d'Ivoire**, ambas as partes felicitaram a sua cooperação e abordagem comum, e congratularam a legitimidade do Presidente eleito, Alassane Dramane Ouattara, que já assumiu o poder estatal no seu país. Realçaram a importância do apoio às autoridades, na mobilização de ajuda e recursos para o desenvolvimento e reconstrução pós-conflito, justiça e reconciliação no país, e apelaram para um diálogo político abrangente.

No que respeita o **Sudão**, as duas partes felicitaram o referendo sucedido conduzido no Sul do Sudão em Janeiro de 2011, e louvaram o papel crucial desempenhado pelo Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP) para o Sudão. Elas aguardam com expectativa a emergência de dois estados viáveis, em 9 de Julho de 2011, que possam viver em paz e boa vizinhança, e que possam abordar desafios comuns. As duas partes sublinharam ainda a necessidade de trabalharem com a NU e outros parceiros internacionais acompanhando a evolução dos dois novos estados e prestar assistência necessária neste sentido. Neste contexto, apelaram ao respeito dos direitos das mulheres e realçaram a protecção e participação das mulheres na resolução do conflito. Elas reconheceram que a implementação total do (CPA) requererá compromisso contínuo da UA, UE e da comunidade internacional, e exortou ambas as partes a solucionarem eficazmente as restantes questões do (CPA), particularmente essas relacionadas com a fronteira Norte-Sul e Abyei, as Consultas Populares no Nilo Azul e o Sul do Kordofan, bem como as questões pós-referendo e a situação humanitária. Elas lamentaram profundamente a recente violência e perda de vidas humanas em Abyei, e apelaram a ambas as Partes para desistirem de tomar quaisquer acções unilaterais. Enfatizaram a importância do alcance de uma solução abrangente e inclusiva em Darfur, baseada num resultado positivo das negociações de paz de Doha e o Processo Político de Darfur que deverão ser realizadas em condições favoráveis, e saudaram os esforços da Operação Híbrida da UA/NU em Darfur (UNAMID).

Ambas as partes expressaram grande preocupação com a situação na **Somália**. Exortaram as Instituições Federais de Transição (TFIs), nomeadamente o Governo Federal de Transição (TFG) e o Parlamento Federal de Transição (TFP), para tirarem proveito das conquistas alcançadas até agora, com o apoio da AMISOM, e assegurarem os progressos para a paz e reconciliação, entre outros aspectos, pondo fim às querelas entre as (TFIs), e procederem à implementação rápida de um programa de acção política, para o fim da transição. Elas renderam homenagem à coragem e compromisso das tropas da AMISOM e apoiaram totalmente o seu reforço em conformidade com a resolução 1964 (2010) do Conselho de Segurança da NU, incluindo o financiamento flexível e previsível. Também renderam homenagem aos países que contribuem com tropas para a AMISOM, nomeadamente o Burundi e o Uganda, e à contribuição substancial da UE na ajuda à AMISOM e à formação de soldados Somalis pela EUTM da Somália.

As duas partes discutiram os desenvolvimentos no domínio da **segurança e salvaguarda marítimas (MSS)**. Felicitaram os esforços africanos na criação de um quadro continental para uma Estratégia Integrada de Segurança e Salvaguarda Marítima em África e as iniciativas da UE, incluindo, entre outras coisas, a operação *Atalanta*. Elas apelaram para a intensificação do diálogo UA-UE sobre uma série de questões e desafios relacionados com a segurança e salvaguarda marítimas.

No tocante às **ameaças de segurança transnacionais**, as duas partes reconheceram que isto inclui o fenómeno que afecta ambos os continentes, por conseguinte requer um esforço coordenado para confrontá-los. Elas trocaram pontos de vista sobre o controlo da droga, prevenção do crime, tráfico de seres humanos e o combate contra o terrorismo. Acordaram intensificar os esforços conjuntos da UE-UA na assistência aos países mais afectados com os desafios de segurança e desenvolvimento, incluindo a cooperação nos esforços de antiterrorismo, em particular no que respeita a região do Sahel-Sahara, dado os recentes desenvolvimentos no Norte de África, que aumentam o risco da proliferação de armas e aspectos relacionados. Elas aguardam com expectativa as próximas consultas UA-UE no quadro do desenvolvimento e implementação de uma estratégia da UE para a segurança e desenvolvimento no Sahel e dos instrumentos pertinentes da UA.

As duas partes acordaram de continuar a trabalhar para a melhoria dos seus **métodos de trabalho conjuntos**. Entre as melhorias realizadas, até agora, as duas partes felicitaram a participação da UA e da UE entre outras, as reuniões do CPS e o estabelecimento de contactos regulares entre o Presidente Permanente do CPS da UE e o Presidente do CPS da UA. Estas conquistas contribuirão para reforçar a coordenação em situações de crises de governação e segurança. Ao citar as situações que ocorreram no Norte de África, o CPS da UA e o CPS da UE realçaram a necessidade, sempre e onde quer que ocorram situações semelhantes, de consultas estreitas e coordenação de iniciativas entre a UA e a UE, com vista a obter mais oportunidades de uma abordagem comum. A este respeito, ambas as partes reconheceram a importância das lições tiradas dos eventos ocorridos no Norte de África para ambos os continentes. Elas sublinharam a necessidade de cooperarem para alcançarem respostas apropriadas para tais situações, onde quer que ocorram no continente.

Finalmente, ambas as partes acordaram reunir-se novamente em **Bruxelas, em 2012**.b

Assmbly/AU/4 (XVII)
Anexo 4

COMUNICADO DA REUNIÃO CONSULTIVA ENTRE OS MEMBROS DO
CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS E DO
CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA



**Comunicado da Reunião Consultiva entre os Membros
do Conselho de Paz e Segurança das Nações Unidas e do
Conselho de Paz e Segurança da União Africana**

1. Os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC) e do (Conselho de Paz e Segurança da União Africana (AUPSC) realizaram a sua 5^a reunião consultiva, na sede da União Africana, em Adis Abeba, a 21 de Maio de 2011.

2. Reafirmando a principal responsabilidade do Conselho de Segurança para a manutenção da paz e segurança internacionais e do mandato do AUPSC no que respeita a promoção da paz e segurança em África, bem como as disposições do capítulo VIII da Carta das Nações Unidas sobre o papel das disposições regionais na resolução de litígios entre e nos Estados-Membros, e evocando também os comunicados das suas anteriores reuniões consultivas realizadas entre 2007 e 2010, a reunião, analisou de novo questões de interesse comum, em particular as vias e meios para reforçar a parceria entre as duas instituições de acordo com o Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas relativamente à manutenção da paz e segurança em África.

3. Os membros do UNSC e do AUPSC avaliaram a sua cooperação no domínio da prevenção e resolução de conflitos, manutenção e consolidação da paz incluindo a restauração da ordem constitucional, promoção dos direitos humanos, democracia e estado de direito em África.

4. Os membros do UNSC e o AUPSC manifestaram grande preocupação com a situação das mulheres e crianças em situações de conflito e pós-conflito, sublinhando a necessidade de abordar eficazmente o problema da violência sexual em conflitos armados, investigar crimes cometidos contra mulheres e crianças e garantir que seus autores sejam levados à justiça. Os membros do UNSC e do AUPSC também reconheceram o papel positivo que as mulheres têm desempenhado na resolução pacífica de conflitos e realçaram a necessidade de reforçar a participação das mulheres nos processos políticos e de mediação de paz.

Reforço dos Métodos de Trabalho e de Cooperação

5. Os membros do UNSC e do AUPSC felicitaram a criação, em 1 de Julho de 2010, do Gabinete das Nações Unidas para a União Africana, que integra o antigo Gabinete de Ligação, a Equipa de Apoio à Manutenção da Paz, a Equipa de Apoio de Planeamento da AMISOM, bem como elementos de apoio do Mecanismo de Coordenação Conjunta da UNAMID, como uma medida concreta no reforço da

cooperação entre o Secretariado das Nações Unidas e a Comissão da União Africana.

6. Os membros do UNSC e do AUPSC reiteraram a necessidade de reforçar a previsibilidade, sustentabilidade, flexibilidade e capacidade de financiamento da UA no domínio de paz e segurança. Eles notaram o Relatório do Painel da UA / NU (A/63/666-S/2008/813) como um importante contributo para o esforço global no reforço da capacidade da UA no âmbito das operações de paz. Eles aguardam com expectativa os relatórios que o presidente da Comissão da UA e o Secretário-Geral das Nações Unidas pretendem apresentar sobre as suas respectivas visões estratégicas de parceria entre a UA e NU. Eles acordaram sobre a necessidade de implementação do seu acordo prévio para uma análise futura de missões no terreno, numa base de caso a caso, e em conformidade às operações de manutenção da paz seleccionadas, a fim de aumentar a sinergia na avaliação da supervisão dos resultados e estratégias de respostas.

7. Os membros do UNSC e do AUPSC saudaram a reunião inaugural do Grupo de Trabalho Conjunto NU-UA sobre Paz e Segurança, realizada em Nova York, em 25 de Setembro de 2010, bem como a segunda reunião do Grupo de Trabalho que teve lugar em Addis Abeba, em 4 de Fevereiro de 2011. Eles incentivaram o Grupo de Trabalho a se concentrarem em questões estratégicas e específicas de cada país africano de interesse comum para ambas as organizações.

Líbia

8. Os membros do UNSC e do AUPSC expressaram a sua profunda preocupação com a continuação da violência na Líbia, e reafirmaram seu compromisso de implementar na íntegra as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1970 (2011) e 1973 (2011), a fim de assegurar a protecção dos civis na Líbia.

9. Os membros do UNSC e do AUPSC exigiram o estabelecimento imediato de um cessar-fogo e um fim à violência de todos os ataques e abusos contra, civis, e uma solução para a crise que satisfaça as exigências legítimas do povo líbio. Enfatizaram a necessidade de que o cessar-fogo seja credível e perceptível e encorajaram a União Africana e as Nações Unidas, bem como outros parceiros, para não pouparem esforços a fim de atingir este objectivo.

10. Os membros do UNSC e do AUPSC sublinharam a necessidade de uma solução política para o conflito na Líbia. Neste contexto, e evocando as disposições do parágrafo 2 da Resolução do Conselho de Segurança 1973 (2011), saudaram os esforços do Enviado Especial do Secretário-Geral para a Líbia, Sr. Abdel-Elah Mohamed Al-Khatib, e os do Comité ad hoc de Alto Nível da UA sobre a Líbia no âmbito do Roteiro da UA. Eles acordaram prosseguir os seus esforços de apoio à NU e em conformidade com o parágrafo 2 da Resolução do Conselho de Segurança 1973 (2011) para encontrar uma solução para a crise.

11. Os membros do UNSC e do AUPSC manifestaram sérias preocupações com a deterioração da situação humanitária no país, e apelando para o pleno cumprimento

dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário e para a criação de condições favoráveis com vista à distribuição de assistência a todas as populações carenciadas na Líbia. Eles sublinharam a necessidade de se prestar apoio específico aos trabalhadores migrantes africanos que vivem na Líbia, incluindo aqueles que procuram deixar o país.

Côte d'Ivoire

12. Os membros do UNSC e do AUPSC saudaram a investidura do presidente Alassane Dramane Ouattara, que teve lugar hoje, no dia 21 de Maio de 2011, em Yamoussoukro. Eles elogiaram o valioso papel desempenhado pelas Nações Unidas, a União Africana, através do Painel de Alto Nível para a resolução da crise na Costa do Marfim, e da CEDEAO na resolução do conflito pós-eleitoral marfinense. Eles apelaram pela sua vigilância contínua, envolvimento e coordenação na consolidação e estabilização da paz em Côte d'Ivoire.

13. Os membros do UNSC e do AUPSC sublinharam a sua disponibilidade para ajudar a Costa do Marfim na reconstrução das suas instituições e finalizar as questões pendentes do processo de paz, incluindo o desarmamento, desmobilização e reintegração, o sector da reforma de segurança e outros aspectos de reunificação.

14. Os membros do UNSC e do AUPSC reafirmaram seu total apoio aos esforços das autoridades marfinenses para a promoção da justiça e reconciliação, incluindo a prevista criação de uma Comissão de Verdade, Diálogo e Reconciliação. Eles também saudaram o compromisso do presidente Ouattara em investigar as alegadas violações dos direitos humanos durante a crise pós-eleitoral.

Sudão

15. Os membros do UNSC e do AUPSC saudaram o sucesso do referendo realizado no Sul do Sudão, em Janeiro de 2011, e elogiaram as partes pelo seu compromisso. Eles apelaram a todos os membros da comunidade internacional para prestar o apoio necessário a fim de facilitar o advento de dois Estados viáveis vivendo lado a lado, em paz e boa vizinhança, e trabalharem juntos para enfrentarem desafios comuns. Eles apelaram as partes a alcançar um acordo, sob os auspícios do Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana (AUHIP) e do seu presidente, nomeadamente o ex-presidente Thabo Mbeki, sobre as questões pendentes do CPA e as modalidades pós-CPA, e salientaram a importância de processos das consultas populares, credíveis, abrangentes e oportunas de acordo com o CPA.

16. Os membros do UNSC e do AUPSC expressaram profunda preocupação com o aumento da violência na zona de Abyei. Eles apelaram a ambas as Partes para implementar e aderir aos recentes acordos de segurança e alcançar um acordo urgente sobre o estatuto de Abyei pós-CPA. Neste sentido, reconheceram a decisão de Julho 2009 do Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia, que define as fronteiras de Abyei.

17. Os membros do UNSC e do AUPSC manifestaram preocupação com a violência e insegurança em Darfur. Eles enfatizaram a importância de se alcançar uma

solução abrangente e inclusiva em Darfur, com base nos resultados positivos das negociações de paz de Doha, e apelaram ao Governo do Sudão e os movimentos armados para contribuírem para a criação de um ambiente propício para o processo político em Darfur, incluindo: (i) os direitos civis e políticos dos participantes de forma a poderem expressar as suas opiniões sem medo de represálias, (ii) a liberdade de expressão e de reunião para permitir consultas abertas, (iii) a liberdade de circulação dos participantes e da UNAMID (iv) a participação proporcional entre os habitantes de Darfur, (v) a liberdade de protecção do assédio, detenção arbitrária e intimidação, e (vi) direito de agir livremente sem interferência do Governo ou dos movimentos armados. Saudaram os esforços do AUHIP e da União Africana - Operação das Nações Unidas no Darfur (UNAMID).

Somália

18. Os membros do UNSC e do AUPSC expressaram a sua grande preocupação com a instabilidade persistente na Somália, o que levou a uma série de problemas, incluindo uma situação humanitária dramática, agravada pela seca, o sofrimento contínuo das populações somalis, terrorismo, recrutamento e utilização de crianças-soldados, actos de pirataria e assaltos à mão armada no mar e ao largo da costa da Somália e a tomada de reféns, e reiterou a necessidade de uma estratégia global para incentivar o estabelecimento da paz e estabilidade na Somália através do esforço conjunto de todos os parceiros e em conformidade com o Acordo de Djibuti. Eles exortaram todas as partes somalis a participarem na próxima reunião que terá lugar em Mogadíscio e a concluírem as disposições para o fim da transição, em Agosto de 2011. Eles apelaram a todos os grupos de oposição para que deponham as armas e participem no processo de paz.

19. Os membros do UNSC e do AUPSC elogiaram os progressos realizados pela Missão da União Africana na Somália (AMISOM) e as Forças de Segurança somalis na consolidação da segurança e estabilidade em Mogadíscio, e reconheceram os sacrifícios significativos realizados por essas forças. Sublinharam a importância dos recursos previsíveis, fiáveis e oportunos para a AMISOM. Eles apelaram a comunidade internacional para contribuir com urgência para a AMISOM, sem reservas. Eles notaram as recomendações sobre a Somália do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, de 15 de Outubro de 2010.

20. Os membros do UNSC e do AUPSC sublinharam a importância de uma resposta global para combater a pirataria e suas causas subjacentes e, a este respeito, tomaram nota do pedido ao Secretário-Geral da ONU para informar sobre a protecção das águas e recursos naturais da Somália, sobre a alegada pesca ilegal e despejo ilícito, inclusive de substâncias tóxicas, de acordo com o parágrafo 7 em vigor da resolução 1976.

21. A próxima reunião consultiva será realizada na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, o mais tardar em Julho de 2012.